

T RAJETÓRIAS
E PERSPECTIVAS

Uma Brecha Crítica na “Cidade Garantida”? Espaços Intermediários e Arquiteturas de Uso¹

The Guaranteed City: The Ruin of Urban Criticism?

Marc Breviglieri

Haute École Spécialisée de Suisse Occidentale, Haute École de Travail Social, Genebra, Suíça

Tradução de Yolanda Gaffrée Ribeiro²

Yolanda Gaffrée Ribeiro

Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Este texto consiste na análise de uma dinâmica subterrânea de resistência. Essa dinâmica não surge como uma máxima agressiva, mas sugere a afirmação de uma alternativa àquela que o urbanismo tenta – atualmente em uma escala internacional – controlar, regular e orientar, apoiando-se sobre o princípio de uma cidade garantida, a mesma que gostaria de assegurar a qualidade de suas características, afirmando estar preocupada em compartilhar formas de avaliação. Essa cidade daria, assim, a garantia do que se considera “geralmente” uma circulação fluida, uma qualidade patrimonial, uma boa variedade de comércios, serviços eficazes, um grau de rentabilidade satisfatório aos investimentos etc. Ao oferecer ao cidadão um espaço de escolha, essas propriedades da cidade garantida contribuem para o empoderamento (*empowerment*) do indivíduo,

1 [N. T.] Traduzido do original: BREVIGLIERI, M. Une brèche critique dans la ville garantie? Espaces intercalaires et architectures d’usage. In: LANZA, E.; COGATO; PATTARONI, L.; PIRAUD, M.; TIRONE, B. (org). **De la différence urbaine: le quartier des Grottes**, Genève. Suisse: Ed: MétisPresses, 2013.

2 [N. T.] Tradução realizada no âmbito do Projeto Cep 29: Núcleo capixaba de estudos da experiência humana em meio urbano, EDITAL CNPq/FAPES nº 22/2018 – PROGRAMA PRIMEIROS PROJETOS – PPP, nº 058/2019), coordenado por Manuela Vieira Blanc, e do Projeto Rede Internacional de Pesquisa sobre administração de conflitos em espaços públicos plurais: desigualdades, justiça e cidadania em perspectiva comparada, coordenado por Fabio Reis Mota (EDITAL CAPES/PRINT – nº 41/2017, vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos – InEAC e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense). Aproveitamos para agradecer as contribuições da professora Jussara Freire para o trabalho de tradução, isentando-a, naturalmente, de possíveis incorreções cometidas.

Recebido em 07 de julho de 2021.

Aceito em 19 de julho de 2021.



destinado a encontrar os meios de reforçar suas capacidades de autodeterminação. No entanto, a formatação de um espaço referencial e informacional que sustenta a construção da cidade garantida, tende a lhe retirar algumas de suas qualidades sensíveis. A metrópole contemporânea altera, neutraliza e esteriliza os ambientes mais desqualificados, os menos traduzíveis, o gênero daqueles que poderiam dar às cidades uma profundidade perturbadora, tonalidades afetivas cambiantes e oportunidades do desvio sem referenciais.

Palavras-chave: Espaço urbano, A cidade garantida, Arquiteturas de uso, Sociologia pragmática.

ABSTRACT

This text focuses on analysing an underground resistance dynamic. This dynamic does not emerge in the form of aggressivity, but rather suggests an alternative to what urbanisation is now trying, on an international scale, to control, regulate and direct by employing the principle of the guaranteed city, that is, a city that seeks to assure us of the quality of its properties and claims to share the evaluation of them. Such a city thus supposedly guarantees what is 'generally' thought to be free-flowing traffic, heritage architecture, a good selection of shops, efficient public services, satisfactory profitability for investments and so on. Provided for citizens in a given space, these properties of the guaranteed city contribute to the empowerment of individuals, who are supposed to find there the means of reinforcing their ability to make choices. However, the creation of a referential and information space which underpins the building of the guaranteed city tends to remove from it some of its palpable qualities. Contemporary cities change, neutralise and render bland the most indefinable and most untranslatable of atmospheres, atmospheres that could give cities a disturbing deepness, changing emotional tones, opportunities for wandering without knowing where you are going.

Keywords: Urban space, The guaranteed city, Architectures of usage, Pragmatic sociology.

Prelúdio/

Primeira visita a *Grottes* (por volta das 16h30) /notas de campo retrabalhadas

[...] Parece que adentramos ao bairro de *Grottes* encontrando de imediato as marcas de uma atmosfera peculiar. Após ter penetrado no coração dele, deixamos para trás os espaços públicos relativamente anônimos. Um grande estacionamento quase vazio, uma rua congestionada, percorrendo a via férrea e cruzando, mais adiante, uma larga avenida que

contorna uma outra borda do bairro. É preciso, então, atravessar esse estacionamento para sentir que adentramos em *Grottes*. Por detrás da passagem que contorna o estacionamento, o bairro se desdobra em pracinhas e em pequenas ruas que sobem, não parecendo, à primeira vista, nem inteiramente discernível, nem inteiramente divisível e, tampouco, homogêneo em sua integralidade. No limiar da travessia, predomina uma ruptura de sensação, prelúdio para a manifestação sensível de uma atmosfera mais “interior”, mais intimamente viva. Ao penetrar no bairro, tenho a impressão de desacelerar; de estar afundando, ao sentir como um encolhimento da cidade no espaço confinado do bairro [...]. Ao olhar as marcas de corrosão sobre as fachadas ou sobre o mobiliário urbano, a estética do bairro remete, nitidamente, a diferentes padrões de historicidade entrelaçados.

A localização no espaço não é evidente; a tonalidade sensível que envolve a perambulação é impregnada por um estímulo exploratório, destacando-se sobre um suave fundo de inquietação (impressão de desorientação, ligada a sensação de perder o chão e de encolhimento). Essa inquietação de fundo é compensada pelo sentimento de ter chegado a um bairro, de estar protegido pela membrana fictícia que o reveste de certa unidade [...]. A camada de sensações é densa, o bairro dá uma impressão de densidade arquitetônica; as ruas, ruelas e galerias frequentadas pelos moradores indicam um entrelaçamento de corredores e becos que anunciam uma série de posturas atentas, intensificando as diferentes direções da travessia; os lugares e as pracinhas convidam a uma permanência temporária, como em um jogo de sombra e de luz que contextualiza, de outra forma, esta heterogeneidade do formato arquitetônico.

A orientação também é perturbada pelo estatuto ambíguo dos espaços: a cisão entre espaço público e privado não é a todo momento discernível, os limiares das habitações e as cercas que as separam não são necessariamente aparentes. Afinal, determinados lugares de passagem parecem atravessar os lotes residenciais. O andar hesita diante de zonas porosas e indecisas, intercaladas entre lugares de moradia e espaços de circulação. Do ponto de partida, situado na estação, até penetrar em *Grottes* há, nitidamente, uma variação qualitativa do contato com o outro. Encontro-me, então, menos nos lugares de intersecção e de itinerários que se cruzam, como se estivesse no espaço comum de uma vizinhança, a qual me sinto sensivelmente envolvido. Isso suscita, ao mesmo tempo, um incômodo provocado por um sentimento de intromissão, mas também potencializa o encontro, através dos olhares insistentes dos moradores, da interpelação simpática de um comerciante ou da breve discussão com uma mãe, cujo filho quase me atropelou de bicicleta.

Este texto consiste, então, na análise de uma *dinâmica subterrânea de resistência*. Essa dinâmica não surge como uma máxima agressiva, mas sugere a afirmação de uma alternativa

àquela que o urbanismo tenta – atualmente em uma escala internacional – controlar, regular e orientar, apoiando-se sobre o princípio de uma *cidade garantida*, a mesma que gostaria de assegurar a qualidade de suas características, afirmando estar preocupada em compartilhar formas de avaliação. Essa cidade daria, assim, a garantia do que se considera “geralmente” uma circulação fluida, uma qualidade patrimonial, uma boa variedade de comércios, serviços eficazes, um grau de rentabilidade satisfatório aos investimentos etc. Ao oferecer ao cidadão um espaço de escolha, essas propriedades da *cidade garantida* contribuem para o empoderamento (*empowerment*) do indivíduo, destinado a encontrar os meios de reforçar suas capacidades de autodeterminação. No entanto, a formatação de um espaço referencial e informacional que sustenta a construção da *cidade garantida*, tende a lhe retirar algumas de suas qualidades sensíveis. A metrópole contemporânea altera, neutraliza e esteriliza os ambientes mais desqualificados, os menos traduzíveis, o gênero daqueles que poderiam dar às cidades uma profundidade perturbadora, tonalidades afetivas cambiantes e oportunidades do desvio sem referenciais.

O CHAMADO ÀS GARANTIAS

O prelúdio que refaz minha primeira visita ao bairro de *Grottes* traz à tona esta qualidade sensível do espaço urbano. Mais do que isso, recorre a uma perturbadora curiosidade que é suscitada pela profundidade inesgotável do percurso. A *cidade garantida* gostaria, de certo modo, de não mais permitir estas situações: nem uma desestabilização das esperas, nem o deslocamento incontrolável dos suportes sensíveis, tampouco esta delimitação confusa de orientação e de territórios que se cruzam. No entanto, são essas situações que mantêm, em essência, uma forma de resistência ao seu advento generalizado. Principalmente, através de modalidades de habitação e de partilha dos espaços urbanos, é possível confundir os espaços referenciais e as zonas de demarcação convencional, tais como as advindas do urbanismo das metrópoles contemporâneas. Com isso, é reintroduzida a ambiguidade nos modos de apropriação e de uso e se restitui uma carga de realidade à “alteridade regeneradora do sensível” (LANNON, 2008). Não por acaso, os recentes movimentos de revolta dos indignados tem mobilizado, igualmente, a questão e investido no espaço pela dimensão do sensível ou da estética (BULLE, 2012).

Aparição de uma angústia civilizacional. Em primeiro lugar, esboçarei um esquema

geral, a partir do qual será possível circunscrever, progressivamente, o domínio de reflexão sobre a cidade garantida. Trata-se, inicialmente, de colocar a discussão no horizonte de uma angústia própria a nossa civilização que, de modo esquemático, constitui o primeiro nível de explicação para uma demanda quase ilimitada de garantias que dão lugar – especialmente no domínio da construção e do urbanismo – ao recurso da creditação e da avaliação em uma dimensão inédita (BOURDIN, 2010; THÉVENOT, 1986, 1994, 1997, 2013; VITALE, 2009)³. Essa angústia torna o “agir humano” (JONAS, 1990), a princípio, prisioneiro das suas inquietações, enquanto a sua autoridade fica subordinada ao crédito concedido a um conjunto de dispositivos terceiros, passíveis de suscitar a confiança. Esses últimos são variáveis e devem representar, ao mesmo tempo, tanto as autoridades neutras, como as que não dependem de um poder arbitrário e subordinador, o qual poderia orientar os projetos de construção ou de modificação da cidade.

Trata-se, então, de observatórios que produzem *expertises* científicas autônomas, de agências de certificação ou que atribuem um selo de qualidade, de escritórios de engenharia civil e espaços de concertação que permitiriam um controle democrático e participativo destes projetos. Ainda, pode-se falar de associações militantes e, também, sindicais, que propõem quadros de medida alternativos. Nesse sentido, a consolidação da autoridade legítima de um projeto urbano se caracteriza, por, pelo menos, três modalidades: consulta a profissionais especializados; aplicação de diretivas evolutivas que impõem prescrições técnicas (as que resultam, de modo mais frequente, de organismos de representação com interesses diferenciados em relação aos do poder estatal) ou, ainda, recorrendo a organismos de creditação ou de certificação que atestam a qualidade do projeto. Com a atuação de todos esses agentes, ganha-se um crédito que opera como um recurso, capaz de os conceder uma autoridade legítima frente aos demais atores envolvidos.

A internalização destes dispositivos que acompanha o desenvolvimento do projeto urbano, ele mesmo tornado obrigatório por lei, leva, na maioria das vezes, a uma nítida proliferação e a uma densa interconexão de indicadores de performance e de qualidade das instalações (segurança, energia limpa, equilíbrio orçamentário, representações das necessidades dos moradores etc.). Vemos em curso as práticas de monitoramento, de *benchmarking* e do direcionamento por meta (*targeting*), fazendo uso de bancos de dados credibilizados pela ferramenta estatística e econométrica. De um lado, esses indicadores de medida são colocados em circulação por meio de uma vasta rede de atores que intervêm na fabricação ou organização do lugar, convergindo

3 A obra de Laurent Thévenot e as suas colaborações com Alain Desrosières ou Robert Salais permitem apreender, particularmente, o poder crescente da avaliação na política, concomitante ao aparecimento de uma governança pelas normas, ajustada aos objetivos de liberalização da política e do mercado.

potencialmente com a ferramenta que dirige a ação pública territorializada. Por outro lado, tais indicadores são integrados a uma verdadeira mercantilização dos bens de consumo certificados, como trataremos a seguir. É, em parte, sob a influência dessa dupla dinâmica que as metrópoles se uniformizam ao mesmo tempo que se tornam comparáveis.

Primeira digressão em torno de uma gênese crítica: a arquitetura de uso contra a ideia de garantia. Esta transformação do poder legítimo posta em jogo no projeto urbano e que vê nascer uma nova economia de distribuição do crédito, coloca em dúvida a confiança básica que o arquiteto possa depositar no morador para partilhar a sua obra. Não se trata de dispositivos de concertação democrática que instituem ou levam ao diálogo em torno das necessidades racionalizadas dos moradores, antes e durante a realização do projeto. Trata-se de um crédito acordado às potencialidades criativas e inesperadas do uso, acionadas por meio do gesto singular e quase vital de apropriação pelo morador, uma vez levantada a estrutura e projetado o local. Esse gesto fundamental estrutura positivamente a experiência do habitar e, em um certo sentido, contribui, mesmo que parcialmente, para a criação da obra, levando a sua metamorfose progressiva ou a sua continuação inventiva. Traz, então, uma contribuição ativa, ao colocar diante do plano arquitetônico e da forma construída a expressão de uma corporeidade que se instala de forma permanente, além de organizar um ambiente material familiar e uma topografia afetiva elementar. Em duas palavras: arquitetura de uso.

Elaboração de um espaço defensivo. Inicialmente, insistirei neste fundo de angústia que coloca a nossa civilização urbana mundializada como horizonte de uma referência negativa, tomando o inferno urbano como metáfora frequente. Um inferno no qual caímos como nas profundezas de um abismo e que, precisamente, envolve uma demanda urgente de garantias sobre a sua refundação e seu bom uso. Não há nenhuma dúvida que esta angústia civilizacional diante do inferno – representado pela morte ou pelo declínio de certas cidades – mantém uma relação bastante específica com a arquitetura e o urbanismo, cujo poder de converter o lugar habitado em abrigo, faz prevalecer as coordenadas de segurança no espaço comum. O triunfo da cidade garantida deve encontrar sua projeção nessa relação primordial.

O que a angústia da qual tratamos aqui alimenta, e o que se atesta através dela, é a existência de um espaço delimitado e propício às elaborações defensivas, passando pela retração dos campos afetivos e das possibilidades de experiência, as quais tem, geralmente, o poder de escavar a profundidade sensível da cidade. Um espaço defensivo, cujo paradoxo aparente é o fato de não manter uma relação hermética e fechada com o mundo exterior, considerando que esse se impõe, desde o princípio, em uma dimensão mundializada e demonstra, ainda, uma grande permeabilidade ao fluxo significativo das trocas informacionais e mercantis que

alimentam a implementação do capitalismo contemporâneo. Ao final da edificação da cidade garantida, é preciso se valer da credibilidade de uma medida: o caráter exemplar apresentado pela produção arquitetônica e urbana, exportável e garantida pelos indicadores objetivos de qualidade. Esses indicadores, por sua vez, podem ser reduzidos a equivalência monetária e se encontram, assim, na zona de *interesses calculáveis* dos seus credores, eles mesmos submetidos às exigências dos capitais internacionais que alimentam os fluxos de troca globalizados.

Há, então, um lado da angústia que se esconde por trás da vontade de potência desta governança defensiva, colocando sob sua órbita a *cidade garantida*, cujo horizonte apresenta, desde o início, a iminência de uma catástrofe universal e uma desestabilização irremediável e desastrosa dos grandes equilíbrios cósmicos e biológicos, tal como tem sido corretamente apresentada por Hans Jonas (JONAS, 1990). Não podemos separar essa angústia do tema da culpa: o agir humano potencializa a ameaça e o perigo intrínsecos a ele, na medida em que desenvolve um mundo fundado sob a aceleração do progresso técnico científico e dos circuitos econômicos e informacionais, capazes de criar incômodos cujos efeitos cumulativos e irreversíveis escapam ao seu controle⁴. Com relação a esse ponto, a angústia tem, também, uma substância ética, visto que ela se caracteriza, exatamente, pela ideologia do progresso econômico, enquanto a sua matriz fundadora, o consumo, supõe a destruição e o esgotamento dos recursos e das energias, acabando por ameaçar a base vital da humanidade. O que o agir humano ameaça nada mais é, de fato, do que o solo sobre o qual ele ancora a sua própria existência, colocando em perigo “a vida que o carrega e a natureza cujo abrigo ele outrora recortava as muralhas das suas cidades”⁵ (RICOUER, 1991, p. 284).

Angústia do incomensurável e a preocupação com o calculável (a recusa da imaginação política). A primeira constatação que se impõe é o exagero ou a incomensurabilidade do fenômeno, seu alcance, validade, dimensão civilizacional (e não somente natural), sua natureza destrutiva e relacionada ao seu grau de destruição exponencial, ele mesmo alimentado pela interconexão generalizada que caracteriza a rede global planetária e sua transformação contínua⁶. Se considerarmos que a angústia corresponde a um conjunto de energias antecipadoras, compreendemos como a nossa civilização, particularmente fragilizada pelo desafio que lhe

4 Não se trata de levantar uma crítica de natureza tecnofóbica, mas de ter em vista a ambivalência da conquista humana no domínio da técnica, cuja grandiosa potência, acelerada pelos sistemas de interconexões (econômicos, técnicos, políticos, comunicacionais etc.), nos leva a revisitar suas modalidades de uso e a repensar os canais de responsabilidades entrelaçadas.

5 [N.T.] Na citação original: “*la vie qui le porte et la nature à l’abri de laquelle il découpait jadis l’enclos de ses cités*” (RICOUER, 1991, p. 284).

6 Sobre as questões de incomensurabilidade, ver CENTEMERI, 2011 e NANCY, 2012.

impõe o incomensurável, se retrai diante da eliminação de seu repertório de soluções e, portanto, frente ao enfraquecimento considerável de seus poderes de decisão e de domínio do futuro. Ora, essa retração exerce uma pressão para reconduzir a angústia do incomensurável em relação ao problema do calculável. Em outras palavras, ao reprimir a necessidade de uma reviravolta, no âmbito da ética do desenvolvimento, a qual Hans Jonas se referia como uma política do cuidado e uma filosofia da esperança responsável, fica favorecido o desafio de avaliação da ameaça. Poder-se-ia construir uma nova arquitetura de mundo, fundada sob uma outra ideia do comum, o que exigiria recorrer a dimensão excêntrica da imaginação política e levar a confecção de um novo revestimento ético. No lugar disso, o problema do calculável volta a ser objeto do saber científico e de uma pseudopolítica, ao tornar-se um fascínio para a gestão pública do risco, o que desloca a sua tarefa fundadora em nome do emprego sistemático de instrumentos de medida e de perícia, enquanto o recurso às instâncias terceiras garantem a qualidade da sua abordagem e a eficácia de seus objetivos.

Apaziguar (1). Normalizar e canalizar um dado acontecimento. O espaço cognitivo do cálculo, criado a partir do desafio inaugurado pela avaliação, coloca-se em um lugar de convivência entre os poderes políticos locais, as instâncias internacionais de regulação do mercado mundial e regulamentação jurídica internacional e os grandes investidores imobiliários (notadamente os maiores do BTP⁷). A eficácia dessa convivência não pode ser, atualmente, compreendida sem recorrer ao papel ocupado por um movimento de normalização que afeta, massivamente, as sociedades humanas em seu ambiente material e espacial. Um espaço cognitivo de cálculo está colocado em jogo: esquematicamente, a normalização configura o mundo em propriedades mensuráveis, implicando, por exemplo, que as propriedades humanas, as coisas e suas relações sejam consideradas na condição de regularidades previsíveis (THÉVENOT, 1995, 1997). O ambiente urbano contemporâneo sofre uma normalização funcional, como se estivesse, nesse momento, inteiramente coberto por um espaço de referências convencionais, capazes de facilitar a previsibilidade do uso normal que podemos fazer dele. Desta maneira, o desafio político-científico aberto à avaliação é recarregado pelos mesmos fenômenos que trazem à tona o problema do calculável (reações em cadeia, consequências em cascata, fenômenos de contaminação intencional, propagações repentinas de crises, volatilidade de indicadores de medida, colapso dos valores etc.). Tudo isso contribui para a mudança qualitativa do espaço da cidade e de seu ambiente material e natural, podendo, também, ser apreendida pela vontade de

7 [N.T.] A sigla BTP é uma abreviação da expressão em francês “Bâtiment et Travaux Publics” que diz respeito a um vasto campo em torno da concepção e da construção de edifícios públicos e privados, rodovias, obras de canalização etc

canalizar um determinado acontecimento que, a todo momento, aparece para além das possíveis antecipações.

Nesse sentido, não existe um bloqueio puro e simples do acesso às zonas instáveis das quais brotam os imprevistos, mas elas passam a ser consideradas por meio de “instrumentos de monitoramento” que encerram o acontecimento em um mecanismo de qualificação objetiva, reduzindo inexoravelmente sua complexidade imanente (THÉVENOT, 1997). O êxtase explosivo do festivo será reduzido à garantia de um divertimento urbano e de um consumo cultural, enquanto a inventividade técnica do criador será dirigida aos canais de inovação que garantem a reorganização industrial do território, valorizando o indicador de “criatividade das cidades” e, assim por diante (VIAUD; PATTARONI; BERTHOUD, 2010; ROY-VALEX, 2010). Deste modo, é mantido um quadro de garantia reforçado que parece pretender extrair ou proteger a cidade da totalidade confusa do sensível. Aqui, o levante do estranhamento poderia tocar de espanto o cidadão e, com isso, desestabilizá-lo, destituindo-o de suas capacidades de autonomia individual (PATTARONI, 2005).

Apaziguar (2). Coeficiente de atratividade, a cidade avaliada pelo mercado. É preciso considerar que tanto a propagação massiva dos sistemas de normalização como a certificação de qualidade seguem de perto o desenvolvimento de um espaço comercial em uma escala de mundialização dos fluxos das mercadorias. Nesse ponto, é notável que a Comunidade Europeia – alto escalão que programa a ampliação da esfera normativa (tanto ao nível dos direitos como das normas técnicas) – apareça para atuar no fortalecimento da regulação mercantil e na intensificação de um regime de concorrência (THÉVENOT, 2007). Em meio aos mercados que se tornaram, cada vez mais agressivos e voláteis em razão dessa concorrência exacerbada, a certificação da qualidade dos bens ou dos serviços ofertados se tornou um ponto de apoio indispensável para os atores econômicos. Trata-se de um sinal de confiança na atribuição de direitos aos consumidores e, devido ao crédito de reputação concedido, uma fonte de mais-valia do mercado para os produtores. O *coeficiente de atratividade* das cidades, ao compatibilizar rigorosamente os selos de qualidade e de performance (econômica, energética etc.), funciona como uma potente informação mercantil, ocasionando um efeito de sedução e captação dos capitais humanos e financeiros. O poder desse tipo de informação mercantil está, amplamente, fundamentado por um aparelhamento métrico sofisticado e mediatizado (indicadores de qualidade de vida e classificações em uma hierarquia urbana global), inserindo um elemento conativo que dinamiza o mercado, a partir da diferenciação e da rivalidade apresentada entre as cidades. Essas aparecem, então, ao mesmo tempo como “objetos de prestígio”, fonte de “interações miméticas” (supondo um movimento em direção a semelhança) e de estratégias de

distinção (induzindo a diferença) (ORLÉAN, 2011).

Segunda digressão em torno de uma gênese crítica: oposição entre o envolvente e o atrativo. Por trás desta concepção mercantil da cidade se estabelece, ao nível do cidadão, uma economia afetiva de natureza particular: o ambiente urbano é apreciado pela objetividade do que lhe torna atrativo (ou atraente), introduzindo elementos de julgamento que pedem para ser atualizados e atendem a uma abordagem consumista, na qual o gosto e a preferência individual são colocados à prova (*épreuve*). A atratividade afasta a realidade do vínculo que considera as afinidades e as dependências, a apropriação sensível e, por assim dizer, carnal, das convicções que se tocam forçosamente, por meio de uma relação íntima, esculpida pelo tempo. A ideia mesma de atratividade denuncia essa relação, convertendo a força de amar um lugar em uma simples preferência, reduzindo o conjunto de relações sensíveis ao julgamento objetivo.

Trata-se do retorno a uma modalidade de apreensão e, ao mesmo tempo, a uma mudança na natureza existencial que representa a cidade, tal qual como foi entendida quando a *cidade garantida* pretendeu assegurar a sua atratividade. Ou seja, ao mesmo tempo que a cidade se mostra atrativa, graças ao seu programa de sedução, ela não é capaz de prever o vínculo que lhe seria constitutivo. Isso nos leva a situar a divisão apontada acima, assim como o avanço de uma política certificadora da qualidade da cidade, à luz da extensão de um mundo preparado para acolher a intensificação dos fluxos humanos e as lógicas de mobilidade. Assim, a ênfase colocada na atratividade ilustra vir à presença (*venir à la presence*), ao mesmo tempo que incita o deslocamento e a possibilidade sempre aberta de não aderir a cidade habitada. No entanto, ao mover-se sobre o vínculo, a *cidade garantida* remete ao que é mantido como morada e às razões de um enraizamento afetivo.

A variedade arquitetônica como garantia mercantil. A atratividade das cidades se define, então, em relação ao percurso da sua legitimação mercantil, em um contexto de acirramento da competição que opõe umas às outras. As estratégias de posicionamento neste espaço concorrencial tornam as cidades, então, particularmente sensíveis aos efeitos da reputação. tais efeitos são baseados no reconhecimento das classificações mediatizadas sobre a qualidade de vida, nos grandes eventos culturais e esportivos, ou mesmo, na oferta de uma arquitetura notável. No entanto, as exigências do mercado atuam, também, no sentido de desenvolver a variedade da oferta, o que antecipa a expressão diversificada das preferências individuais e o ecletismo dos gostos. A cidade garantida torna variável e heterogênea, principalmente, a produção urbana que está integrada ao circuito de consumo global e, com isso, tende a gerar a diversificação das arquiteturas e, quem sabe, levar a uma busca pela excepcionalidade.

Jacques Lucan, ao descrever a difusão recente das quadras residenciais⁸, compostas de “várias construções, concebidas por diferentes arquitetos para diferentes empreiteiros” (macro lotes), fala de bom grado sobre a emergência de uma “cidade diversa”, anunciando a “diversidade” como palavra-chave do urbanismo contemporâneo⁹. a cidade assim concebida não se distancia, então, do núcleo da racionalidade econômica, enquanto um dispositivo que permite reagrupar – em uma imagem de conjunto – uma composição atraente aos arquitetos, cuja reputação circula graças a relativa massificação da cultura arquitetônica. Ao retomar, por conta própria, uma passagem do emblemático artigo de Christian de Portzamparc, Jacques Lucan indica: “A quadra aberta permite ‘a independência volumétrica de arquiteturas distintas’, o que garante “uma variedade infinita de possibilidades de recortes territoriais e arquitetônicos, logo, uma variedade de expressões arquitetônicas individuais” (LUCAN, 2011, p. 49). Aqui, é notável o impacto sobre a paisagem urbana: a despeito da rigidez dos cadernos de especificação – frequentemente discutidos pelos arquitetos – a morfologia de conjunto se fragmenta, dando espaço às variações de atmosferas arquitetônicas, ao uso de materiais inovadores, ao recurso a formas inéditas, às disposições aleatórias e aos alinhamentos irregulares de construções, em que são acentuadas a independência e a possibilidade de transformação ao longo do tempo.

A tensão própria aos espaços intermediários. Contudo, este movimento em direção ao atravessamento de tipologias e à encenação de diferenciações arquitetônicas lembra, mais uma vez, o lugar extraordinário ocupado pela questão da garantia. A partir das descrições de Jacques Lucan, fundadas em uma leitura minuciosa dos diferentes projetos de arquitetura em metrópoles francesas, nos últimos 15 anos, é possível observar que as variações das expressões arquitetônicas se inscrevem, essencialmente, no nível do tratamento volumétrico e do revestimento específico da construção, cuja atenção sustenta a relação com o gabarito e com a dimensão “escultural da forma arquitetônica” (LUCAN, 2011, p. 61). Ora, a complexificação das formas construídas e a distribuição aleatória dos imóveis tendem a introduzir configurações espaciais irregulares e descontínuas entre eles e os espaços de entrada e de travessia. Com isso, tem-se os estreitamentos bruscos de calçada, a permeabilidade entre as construções, os contrastes de ambiência, em suma, uma topografia surpreendente.

Trata-se, aqui, sem dúvida, do epicentro de uma renovação arquitetônica que tira

8 [N.T.] No original: “Îlots d’habitation”, expressão que pode ser designada como: “Um conjunto de casas, com espaços de uso comum, voltadas para uma espécie de pátio central. Trata-se de uma verdadeira ilha residencial, espremida em meio às vias de circulação que rodeiam as residências”. Agradecemos ao professor Marco Antônio da Silva Mello pela sugestão desta definição.

9 Herzog e Meuron vão escolher a expressão “cidade variada”, tal como é lembrado nesta publicação.

proveito, com frequência, das capacidades de modelização numérica que introduzem as morfologias híbridas e desconhecidas (SHU, 2011). Por outro lado, há um cruzamento de tensões que lembra como a realização do projeto é uma concepção polifônica, na qual as vozes estão frequentemente em discordância. Um destes elementos de tensão concerne à condição dos espaços intermediários, fazendo emergir a problemática do limiar e do limite. Ainda, a reafirmação tangível da divisão polarizada entre público e privado mostra-se adequada a defesa dos direitos individuais e, claramente, inscreve nesta proposta o horizonte do liberalismo político, tema sobre o qual voltaremos mais à frente.

Valérie Lebois, em sua tese de doutorado, defendida recentemente, tratou dos espaços intermediários na habitação coletiva parisiense contemporânea, descrevendo o equilíbrio dinâmico dos diferentes projetos arquitetônicos, sob o ângulo de um difícil encontro de múltiplas posições (arquitetos, moradores, empreiteiros e investidores) (LEBOIS, 2010). Com isso, a gestão dos espaços intermediários representa a recorrente linha de tensão na realização e manutenção das quadras residenciais. Essa tese permite considerar um conjunto de mecanismos que *desbotam* tal linha de tensão, em proveito do poder crescente acordado a uma “lógica econômica e securitária”, o que conduz ao fortalecimento de uma “iniciativa do cliente”, defendida sobremaneira pelo empreiteiro (LEBOIS, 2010, p. 137). A generalização desta “cultura do cliente” não cessa de abrigar uma polarização ideológica dos investidores em torno de um duplo objetivo: “assegurar a boa manutenção do patrimônio imobiliário e garantir a “fruição pacífica dos lugares” (LEBOIS, 2010, p. 171).

O porteiro se torna um “guarda”, cuja incumbência é “satisfazer uma clientela”, “coproduzindo a segurança” junto aos moradores e avaliando os potenciais riscos de degradação do locador, traduzindo-os em termos dos custos de manutenção. Os moradores participam deste movimento de avaliação por meio de enquetes de satisfação e dão voz à suas reclamações, ao mesmo tempo que vemos recuar suas capacidades de sociabilidade, em prol de um minimalismo moral e da simples expressão de suas preferências individuais¹⁰. Não é anedótico que essa situação expresse uma “demanda de tranquilidade diante das perturbações de vizinhança” e do “risco de invasão externa” (LEBOIS, 2010, p. 150). Tudo parece convergir em torno de uma necessária tranquilização da vizinhança que passa pelo “reforço do estatuto privado da moradia [...] e da neutralização das práticas que escapam a clara polarização entre privado e público” (LEBOIS, 2010, p. 108). Esta vigilância, colocada na relação público/privado, assim como a

10 O minimalismo moral corresponde a uma postura que busca evitar o confronto, manifestando uma relativa indiferença frente às convicções do outro, neutralizando a potência do conflito advindo das perturbações de vizinhança. Trata-se, ainda, de uma postura sobre a vida comum, profundamente ancorada no liberalismo político.

garantia acerca dos limites de tal separação, está no fundamento da “lógica da sociedade de serviços”, a mesma que lidera a gestão dos espaços intermediários nas quadras residenciais.

Terceira digressão em torno de uma gênese crítica: o poder perturbador das arquiteturas de uso. A partir da leitura desses trabalhos, é possível supor que a libertação das tipologias e o desejo de desenvolvimento de uma “cidade variada” (mistura morfológica da construção e do estatuto dos espaços intermediários, entre outros) falha, parcialmente, considerando a sua intenção de estar aberta a diversidade de usos e ao aprofundamento da relação sensível com o espaço. Isso ocorre, ao menos, sob o ângulo de uma relação de uso que se apropria do espaço de modo familiarizado, investindo e usando o lugar tornado habitável, o que potencializa a exploração e cria, ao mesmo tempo, o jogo e o espaço para jogar. É precisamente este valor de proximidade, esta arquitetura de uso emergente que ameaça perturbar uma normalidade funcional, colocando o desafio da utilização racional destes lugares. Esses são os aspectos que inquietariam o guarda e ameaçariam o morador, estando este último retraído face a ilusão de uma possível tranquilidade, o que faz emergir o problema da avaliação e uma demanda legítima de garantia, visando preservar o bom funcionamento dos espaços comuns e proteger a esfera privada de cada um. Este exemplo nos mostra como a cidade garantida induz um componente estruturante que age sobre o mundo, partindo do nível mais baixo do uso cotidiano e do contato familiar. Ora, a “cidade variada” não parece estar em condições de contrariar tal poder estruturante (PODESTÀ; VITALE, 2011).

A ESTRUTURAÇÃO DO USO E A NEUTRALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

Designação funcional dos lugares de uso (erradicação dos intervalos sem atribuição). Parece-me importante insistir sobre esta apresentação da cidade garantida, a qual compõe, estruturalmente, o uso cotidiano do ambiente urbano. Três desses aspectos estruturantes devem ser lembrados em conjunto para melhor especificar esta caracterização. Em primeiro lugar, trata-se de um procedimento sistemático de categorização dos espaços flutuantes e indefinidos; em segundo, de uma produção excessiva de indicadores normativos e referenciais convencionais no espaço público urbano e, por último, uma redução antropológica articulada à promoção do sujeito autônomo individual. Antes de tudo, a *cidade garantida* assegura a sua própria inteligibilidade (universal), a partir de uma leitura claramente superficial, na qual se revela a justaposição de lugares referenciados que remetem a uma representação de funções

normalizadas do espaço. Por exemplo, os espaços sem indicadores ou nos quais o uso produz um embaralhamento de referenciais, emergem quando um terreno abandonado é ocupado temporariamente por um movimento contestatório, revertendo a perspectiva da *cidade garantida* e desfazendo, possivelmente, seu poder estruturante.

Em algumas passagens da tese de Valerie Lebois, descobrimos o quanto esta antecipação inquietante do uso dos espaços intermediários provoca, entre os atores envolvidos no projeto, um verdadeiro esforço comum de esclarecimento categorial e designação sistemática dos fragmentos do espaço (corredor, rua paralela, passarela, pórtico etc.), ao nível dos dispositivos de comando, de conhecimento ou de consulta. Seja para impedir que qualquer intervalo não designado subsista¹¹, seja para lembrar a existência de uma função inicial do lugar, qual seja, a que promove a circulação e exclui a possibilidade de ocupação perpetuada dos espaços¹². Vemos, ainda, que a preocupação da garantia é reavivada quando as perturbações aparecem. Assim, este trabalho de categorização é completado pelo reforço ou pela incorporação de regulamentos, pela introdução de dispositivos técnicos prescritivos – destinados a proteger comportamentos “desviantes” (isto é, saindo da normalidade funcional) – ou, por fim, pela eliminação de elementos espaciais que se prestam a desvirtuar o uso.

Normalização dos lugares de uso (emergência do indivíduo normalmente previsível). Um segundo aspecto que caracteriza este componente estruturante da cidade garantida, se considerarmos o uso cotidiano do ambiente urbano, mantém uma política sistemática de normalização e de certificação das atividades e dos equipamentos do espaço público. Ele traduz, assim, certa homogeneização funcional da paisagem urbana, ou seja: mesmo que a normalização não exclua a variedade, esta passa a ser difundida em um mesmo espaço referencial funcional e, por isso, há um leque restrito de representações da ação normal. Além disso, a norma intervém diretamente nas configurações de uso, introduzindo, ao mesmo tempo, referenciais cognitivos padronizados no âmbito das atividades ordinárias e das forças físicas de orientação, as quais podem orientar a motricidade e a mobilidade corporal, no sentido de uma utilização razoável do ambiente. Assim, a cidade garantida se presta a uma utilização normalmente previsível por parte do indivíduo. O sujeito que avança no espaço urbano nunca fica desorientado e, raramente, está confuso e perturbado, o que reforça a sua autonomia e a sua plena individualidade.

¹¹ A autora observa, ainda, esta citação de um antigo diretor da OPAC: “Nós evitamos todos os espaços flutuantes e indeterminados, que não sejam nem privados nem públicos. Os espaços externos são qualificados como belos espaços comuns a serem vistos ou como jardins privados [...]”.

¹² Tais tensões entre ocupação e mobilidade no espaço público urbano são retomadas e analisadas, de forma proveitosa, especialmente nas pesquisas sobre as atividades de ordenamento (STAVO-DEBAUGE, 2003; BERGER, 2007).

Observando a cidade de sobrevoos, ele determina sozinho os seus percursos e efetua as escolhas em um nicho de possibilidades objetivas, planejadas e projetadas em um mapa. Ele tende, então, a circular em um espaço finalizado: segue direções, se orienta a partir de referenciais significativos, antecipa os obstáculos que estão, em geral, sinalizados, mede a distância e controla o seu esforço, caminhando com um passo decidido. Paradoxalmente, a atração pela novidade do mundo urbano, longe de provocar um espanto desconcertante, diante da inesgotável profundidade do real, parece, antes de tudo, responder a certas expectativas. Com isso, o campo de possibilidades está delimitado de antemão e, ao mesmo tempo, envolvido em um plano de ação realizado em escala individual. O ambiente urbano muda, progressivamente, de roupagem, de modo a acolher e favorecer esta busca de garantia. Ele organiza a sua espacialidade pré-fenomenal, ou seja, a sua contribuição efetiva e mundana, o que favorece a aparição de um modo de uso e a consagração de um público genérico, composto, idealmente, de sujeitos individuais autônomos, tornados a única figura plenamente habilitada a viver nele.

Uso do olho e regulação da distância social. É preciso, contudo, abordar o terceiro e último traço deste componente estruturante que estabiliza a relação de uso na cidade garantida. Como dissemos, se opera uma redução antropológica que tende a colocar, em primeiro plano, o cidadão, cujo poder é o de estar particularmente fechado nas competências individuais de mobilidade, orientadas pela “consciência do olho” (“*conscience de l’œil*”) (SENNET, 2000). É possível questionar, então, o que envolve privilegiar as capacidades visuais, às custas de outras formas de percepção sensorial em um espaço complexo como o da cidade. A descrição proposta por Jacques Lucan acerca das recentes operações de ordenamento que favorecem uma diversidade arquitetônica – como no caso da maior parte das metrópoles europeias – nos dá algumas possibilidades de resposta.

A complexidade morfológica, como vimos anteriormente, faria surgir a problemática do limiar e do limite, o que parece acompanhar uma polarização do discurso e da concepção arquitetônica sobre a dimensão do visível. Isso ocorre não apenas para promover uma estética perceptível sobre o plano do visual, mas, precisamente, para contribuir em ajustar, mais uma vez, a problemática correlata do limiar e do limite, fazendo com que a visão seja seu principal senso regulador. Assim, para otimizar a colaboração entre arquitetos, as prescrições urbanísticas nos dão uma definição suficientemente precisa para “predefinir o revestimento volumétrico”, mas também “os direitos de visão (*droits de vue*) ou o estatuto das passagens públicas e privadas” (LUCAN, 2011, p. 53). Além disso, trata-se de “abrir os leques da visão e de iluminação no interior das quadras residenciais” ou, ainda, de favorecer o alargamento das fachadas para “evitar os encontros face a face e a busca pelos olhares” (LUCAN, 2011, p. 65).

Os afastamentos são concebidos, geralmente, para agradar o olho do visitante e reforçar o poder da visão em público. Ao mesmo tempo, as “fugas visuais” se abrem sobre as cenas paisagísticas e as suas porosidades fazem valer os espaços privados colocados que vão, desde o espaço público, até o interior de certas moradias (LUCAN, 2011, p. 156).

No entanto, o tema da permeabilidade entre a moradia e o olhar, do qual tratamos aqui, não corresponde ao íntimo em si, mas o que da intimidade pode ser levado a público. Essa questão aparece, então, apenas na condição de garantir a manutenção de uma distância razoável do público em relação às propriedades privadas do indivíduo. Tal apelo se dirige, precisamente, ao olho, uma vez que ele representa o órgão do sentido da distância por excelência. É possível garantir esse distanciamento, então, ao se contentar em deslizar pela cidade sem tocá-la e captar, de passagem, as informações que satisfazem o horizonte público¹³. Ao reconhecer a distinção entre público e privado, característica da definição de uma concepção liberal do espaço urbano, este primeiro grau de intervenção do olho corresponde, também, a um segundo, a ele estreitamente ligado. O olhar, ao modular a sua intensidade e a sua disponibilidade ao outro, intervém como instrumento essencial de pacificação das relações civis na cidade (BREVIGLIERI; STAVO-DEBAUGE, 2007). O que chamamos de “indiferença polida” ou “desatenção civil”, enquanto formas de regulação pacificada da interação urbana, estão em consonância com uma atividade do olho, na medida em que a experiência do outro é considerada, essencialmente, sob um mundo fortuito e sob uma base de reciprocidade.

Nesse sentido, as relações em público tendem a permanecer na superfície, induzindo a uma “neutralização” do sensível que limita o poder de estímulo da cidade¹⁴. Em parte, é na base de uma tal experiência fugaz em comum que se constrói uma prioridade implícita dada à mobilidade no espaço que, ao ser auxiliada pelo olho, facilita o movimento e, ao mesmo tempo, protege da interpelação. Tal mobilidade se revela, então, como fundadora da autonomia individual do cidadão, cujos deslocamentos são apresentados como controláveis. Assim, ele comanda a orientação e a velocidade, inscrevendo seus trajetos entre os numerosos planos de ação calculados que permeiam o cotidiano. Vemos convergir, aqui, duas exigências que dão

13 Tal inquietação em assegurar esta diversidade das formas urbanas pode garantir, ao mesmo tempo, a atratividade da cidade e uma estrita separação entre público e privado, tendo, como contrapartida, uma tênue arquitetura do enclausuramento. Tanto a variação na altura, os jogos de porosidade e espessura de paredes translúcidas, a introdução de uma sinalização mais ou menos discreta, as diferenças de intensidade nas iluminações e a variação nas cores das fachadas ou das texturas do chão, levam às múltiplas representações do enclausuramento que acompanham os projetos de decoração, reforçando a linha de demarcação que dissocia o espaço público da propriedade privada.

14 “Eis a neutralização: se qualquer coisa começa a me perturbar ou a me atingir, só preciso continuar andando para pôr fim às minhas sensações” (SENNETT, 2000, p. 117).

consistência a esta figura do sujeito individual, da qual falamos mais acima. A primeira é a exigência de que ele coloque as suas escolhas preferenciais no centro da vida e, com isso, motive o seu percurso ou, melhor, a sua trajetória. A segunda requer que ele determine a si mesmo, o que confere a sua escolha o cumprimento e a manutenção de uma base de reciprocidade no âmbito das trocas humanas.

Neste momento, é seguro dizer que há, no espaço deixado pela contribuição estruturante do olho – cujo horizonte de permanência introduz a relação com o espaço e com o outro – um modelo particular de organização da cidade, associado a certa antropologia do cidadão. Nos resta compreender melhor, então, como esta *cidade garantida*, a mesma que faz prevalecer a figura do sujeito individual, ecoa, de certa maneira, este modelo de metrópole cosmopolita que traz consigo os grandes valores do liberalismo político e econômico.

Tolerância liberal e neutralização dos elementos sensíveis. A descrição dos fenômenos urbanos, do ponto de vista das habilidades do olhar, não nos levou, ainda, diretamente ao horizonte político e moral que abrange a totalidade deste ensaio descritivo. Para este esclarecimento é preciso, então, fazer um rápido percurso em direção a uma sociologia inspirada pela Chicago dos anos 1920, tida como um “laboratório social”. Nesse retorno, como foi possível observar, o projeto da cidade garantida contribui, igualmente, para uma higienização ou neutralização sensível dos espaços, por meio da redução programada em direção a normalização, agenciada por um circuito informacional a serviço dos atores da cidade (cidadãos e empresários). Examinando mais de perto o que sustenta esse modelo de sociabilidade urbana, fundada na indiferença polida, é possível esclarecer um aspecto absolutamente decisivo do liberalismo político. Um modo de entender, mais uma vez, a conexão entre liberalismo político e a emergência da metrópole americana, ela mesma colocada nas origens deste tipo de sociabilidade, nos leva a considerar a história do pluralismo religioso nos Estados Unidos e a maneira como é instituído um espaço público organizado pelo princípio de tolerância (WALZER, 1988).

Chicago figurou, adequadamente, o lugar em que se instalou uma sucessão de imigrantes, munidos de tradições particulares e onde foi possível a coexistência relativamente pacífica, e não autoritária, de um conjunto de tradições confessionais. Em um texto pioneiro, depois de ter retratado o seu percurso da cidade através da metáfora de um “mosaico do mundo”, Louis Wirth acrescenta dois elementos fundamentais que estão ligados intrinsecamente. São eles: “a justaposição de personalidades e modos de vida divergentes, o que tende a produzir uma visão relativista, e o sentido de tolerância às diferenças, considerada uma condição da razão para conduzir a secularização da vida” (WIRTH, 1990, p. 271). O espírito de tolerância, característico das relações superficiais e efêmeras na cidade, supõe que as convicções de cada

um sejam relativizadas, a ponto de prevalecer a indiferença. Essa é a operação silenciosa e ideológica capaz de tornar possível a emergência de um sujeito individual que, ao se emancipar do espaço urbano, saberia fazer valer os “segmentos de sua personalidade”, relacionados à “diversidade dos seus interesses” (WIRTH, 1990, p. 272).

A promiscuidade e o risco do desastre na metrópole multicultural contemporânea. De todo modo, por detrás desta posição, existe tanto um mecanismo simplificador que considera “o indivíduo como parte do público liberal”, como uma concepção restrita da ideia de tolerância (THÉVENOT, 2008). Retomando esta última postura de indiferença, na qual, finalmente, nenhuma importância é atribuída à diferença, temos a medida de um empobrecimento da comunicação, tal como observado por aqueles sociólogos. Nessa perspectiva, há uma exposição à solidão urbana ou o retraimento aos vínculos locais, assim como o sentimento de pertencimento a uma proximidade restrita¹⁵. Richard Sennett sublinha este custo humano do relativismo, apontando a apreensão do morador das grandes cidades para se expor ao outro, assim como a sua dificuldade para assumir o conflito entre os diferentes, favorecendo o interesse em estabelecer um contato verbal e o exercício do poder crítico do olhar.

No entanto, é possível questionar qual é o combate desta tolerância e, inicialmente, pode-se dizer que há uma luta contra a violência encoberta pela intensidade da confiança ou, de modo mais amplo, das convicções. A tolerância está, ainda, na base do tormento das guerras religiosas, o que abre caminho para uma sociedade secular (STAVO-DEBAUGE, 2012b)¹⁶. Está vinculada, então, a um gesto calculado que imprime, especialmente no funcionamento motor da visão e da troca de olhares, uma justa distância entre os indivíduos. Assim, em sua própria expressão, visa garantir um espaço de reserva inviolável que, a todo momento, escapa àquele que busca impor suas próprias convicções.

Em seguida, e não sem relação, a tolerância caminha ao encontro do problema suscitado pela alta densidade das metrópoles, qual seja: a promiscuidade. Louis Wirth observa a correlação entre os dois fenômenos: “Nunca anteriormente tão grandiosas massas de pessoas com características diversas [...] estiveram reunidas em uma tal mistura como esta das grandes cidades da América. De um modo geral e, particularmente, nos Estados Unidos, as cidades comportam uma heterogeneidade de pessoas e de culturas, de modos de vida altamente

¹⁵ Park é bastante explícito sobre este ponto, ao buscar explicar o problema da segregação, principalmente, através do fenômeno de um meio de recuo.

¹⁶ O autor volta, em detalhes, ao “caráter conativo da religião” e à dupla competência do liberalismo político, o qual busca acolher a diversidade religiosa e, ao mesmo tempo, se proteger das ameaças que esta, supostamente, encarna com as paixões da crença.

diferenciados, entre os quais há uma frequente comunicação mais tênue. A indiferença é maior e a tolerância mais ampla [...]” (WIRTH, 1990, p. 276). Nota-se que a promiscuidade impõe uma tensão à questão da proximidade, realçando sua propensão nefasta. Alguns anos antes e de modo ainda mais radical, no clássico *A Cidade (The City)*, Robert Ezra Park salientava que, em uma grande cidade, se poderia esperar “uma promiscuidade nociva e contagiosa, na qual vivem o indigente, o viciado, o delinquente”, motivo pelo qual “se reproduzem, indefinidamente, corpos e alma [...]” (PARK, 1990, p. 130).

Contudo, antes ainda, o que ameaça a perspectiva de paz, baseada no consenso implícito de uma relação fiduciária mútua e preservada pelo pacto de tolerância, é a incontrolável liberação pulsional que suscita a promiscuidade, cujo contágio pode multiplicar a potência. Estas são as “paixões selvagens”, os “apetites incontroláveis e indisciplinados” e as “relações predatórias” que a civilização urbana, em parte, reprime. Encontramos, ainda, em Louis Wirth e Robert Ezra Park uma reflexão sobre o vínculo entre a economia mercantil e o liberalismo político, em uma referência insistente a Adam Smith. Esse mesmo autor identificaria a fonte da violência e da ruína na união das cidades (*Cités*) e das economias políticas, em relação ao movimento primitivo e visceral do apetite, movimento este que ameaça violar a propriedade, a saber, as propriedades privadas que devem, mais do que tudo, serem protegidas. Se a fome esclarece, ainda que indiretamente, toda a economia política de Adam Smith, é porque uma implica na outra uma violência incontrolável, desencadeando uma ambição capaz de iniciar as maiores calamidades (roubos, mortes etc.) e resultar em uma desgraça *incomensurável* (BREVIGLIERI, 2009b). O receio quanto a promiscuidade suscitada pela ambição e pela ganância pede que se instaure, não sem custos, a distância razoável da relação contratual. Esta, então, se encarrega de domar as pulsões predatórias e contribui para fazê-las se expressar em termos de interesses individuais, neutralizando, assim, seu substrato passional. Acrescenta, ainda, a ideia de garantia de uma paz universal às vantagens de enriquecimento do comércio econômico.

O AVANÇO INDISCUTÍVEL DO “LIBERALISMO NORMALIZADOR”¹⁷

Urbanismo participativo e transfiguração do espaço afetivo habitado. A operação que o liberalismo econômico opera, no plano da pacificação das violências humanas, encontra seu

¹⁷ A expressão foi extraída de Thévenot (1997).

equivalente no liberalismo político. Para que o processo de trocas divergentes seja desprovido da violência característica das convicções pessoais, importa que sejam previamente traduzidas e comunicadas em opiniões que se tornarão, então, o “formato privilegiado de enunciação pública no regime liberal secular”; formato este que permite o intercâmbio crítico e o desacordo entre os protagonistas, garantindo que nenhum deles possa “reivindicar a superioridade [...] ou a incomensurabilidade do que se pretende” (STAVO-DEBAUGE, 2012b, p. 80-81). Um eco desta postura se deixa escutar, nitidamente, através do imperativo contemporâneo de participação e, com ele, o surgimento dos dispositivos do urbanismo participativo (debates públicos sobre os projetos de ordenamento, procedimentos de consulta aos moradores, conselhos de bairro etc.) (BACQUÉ, 2011). Esses dispositivos são, supostamente, garantidores da representação dos moradores/cidadãos, assim como de sua participação ativa como coprodutores do projeto urbano. O encorajamento pronunciado em favor das lógicas deliberativas supõe, então, a introdução de processos interativos que, orientados para a concertação, permitem a delimitação dos interesses, a definição das estratégias e, por fim, a construção e revisão das escolhas operacionais¹⁸.

Sob este aspecto, “os atores políticos agem como ‘fiadores’ destes processos de construção de escolha graduais e abertas” (PINSON, 2006, p. 635) que portam a transfiguração do sentimento de habitar. Ocorre, então, um longo processo levando o morador a formular suas aspirações e sua opinião crítica, ou seja, a oferecer elementos em um formato de comunicação que possa contribuir para a governança do projeto urbano. Ora, tal processo exige, por um lado, um árduo exercício de desapego dos sentimentos que são fortemente afetados pelas ligações íntimas e, por outro, a conversão destes em enunciados explícitos e em objetivos que indicam as necessidades, os interesses ou os gostos individuais¹⁹. Estas dimensões objetivas, se consideradas a partir da sua representatividade e integração aos processos de negociação e contratualização das questões urbanas, configuram referenciais convencionais incorporáveis ao processo de qualificação do projeto. A grande diversidade dos participantes (moradores, militantes, políticos eleitos, urbanistas, arquitetos etc.) orienta, de modo amplo, a comunicação em direção a um engajamento público. Tal engajamento se dá, então, a partir de uma “civildade

18 Partindo do quadro interacionista, há, sem dúvida, um desafio notável na análise das competências e vulnerabilidades cidadãs que se desenrolam no coração destes dispositivos de concertação (BERGER, 2009; CARREL, 2013).

19 Marion Carrel, em sua ampla pesquisa sobre os projetos de renovação urbana em Grenoble, baseia-se na dificuldade dos atores políticos para conformar um público na condição exigida pela consulta ou pelo debate público. Junto às falhas constitutivas do espaço comunicacional estabelecido (desinformação, implosão por meio do desprezo político ou pela desconfiança dos moradores etc.), junta-se a incapacidade dos participantes de se ater às competências esperadas deles (controle das emoções para regular a troca, endosso para assumir as responsabilidades cidadãs, esforço de inteligibilidade na verbalização do ponto de vista etc.) (CARREL, 2013).

liberal”, mediante a qual é preciso se expressar para conformar um “espaço de opiniões” exequíveis a escala do projeto (THÉVENOT, 2008). De fato, como indica Marion Carrel, as maiores frustrações parecem expressar a denúncia de que o processo “não permite a escolha” (CARREL, 2013). Esse é um traço fundamental da *cidade garantida*: ela potencializa a existência de um mundo de tonalidade liberal, especialmente por promover o *empoderamento* (*empowerment*) de um sujeito individual de feição liberal, capaz de se orientar em um mundo configurado como um espaço de opções certificadas.

O estrangeiro garantido. Não é possível nos deter sobre esta permanência da ideologia liberal sem, antes, retornar ao contexto da globalização que coloca a urbanização diante das dinâmicas caóticas do crescimento e frente ao aumento das possibilidades de migração, mais ou menos legais, o que suscita uma atenção midiática e política inteiramente particular. É especialmente nesta conjuntura que a governança das principais metrópoles parece tentadora, tanto por suas capacidades de acolhimento ao multiculturalismo liberal, como, supostamente, por garantir uma coexistência pacífica, a despeito da diferença entre os seus moradores ou entre os que passam por ela. No entanto, daí se depreende uma força de exclusão: aquela que toca em uma diferença perturbadora, legitimando uma vigilância inquietante dos fluxos de população e capital. Afinal, tais capacidades de acolhimento da cidade garantida são, a princípio, ajustadas a um estrangeiro esperado no estado de um sujeito individualizado, capaz de agir de maneira autônoma. Este projeto de cidade confecciona um espaço fluido e transparente, cuja função primordial é facilitar a planificação individual e a mobilidade dos que estão em condições de assumir o encargo.

Os feixes de valor que atravessam o espaço desta cidade – situada sob o auspício de um liberalismo multicultural – já foram largamente apresentados com a emergência da metrópole cosmopolita americana de início do século XX. Sem dúvida, eles não aparecem enquanto tais no argumento dos sociólogos de Chicago que, ao conduzirem um projeto científico, pretendiam analisar o crescimento da metrópole com a maior neutralidade possível, sob o ângulo das regularidades e assinalando as tendências ou os equilíbrios representativos de uma lei. Contudo, para compreender a natureza dos indicadores que são colocados, atualmente, a serviço da cidade garantida e não são, aliás, nada autoexplicativos em seu posicionamento axiológico, foi imperativo voltar a este momento inaugural de um pensamento sobre a metrópole cosmopolita. O espaço deixado à autonomia individual e à concorrência dos interesses, das opiniões e dos gostos já representava, então, uma substância comunicacional das relações humanas. Além disso, é especialmente tangível a permeabilidade do liberalismo econômico e político, o que permite responder ao desafio de exposição ao estrangeiro. Será necessário mostrar, mais adiante,

como o questionamento de tais feixes de valor alimenta a busca considerável de garantia que caracteriza o desenvolvimento urbano atual, orientando-o em direção aos dois pilares do urbanismo contemporâneo, ao mesmo tempo que incorpora os indicadores de mobilidade e de diversidade (*mixité*).

As promessas da metrópole liberal multicultural. O que designamos como “feixes de valor” se organizam, na verdade, da seguinte maneira: a polaridade entre o fenômeno da densidade e da mobilidade é fundante da dialética primordial da metrópole cosmopolita e, ao mesmo tempo, da emancipação do indivíduo. Em um mesmo sentido, vemos progredir um conjunto de eventos oriundos desta dialética: a começar pela ruptura das barreiras próprias às sociedades tradicionais, ocasionando a mistura integral e pacificada dos homens, o que poderíamos designar hoje sob a categoria diversidade (*mixité*). Esta polaridade permanece, também, como o eixo organizador da tensão dinâmica de todos os referenciais ordinários da vida urbana: a psicologia do cidadão, o pluralismo das crenças, a habitação, a moda, o tráfego, o mercado de trabalho, a economia monetária etc.

No entanto, esta dialética atua, também, sob um pano de fundo estabilizado pela confiança (ou pelas convicções). Há, por um lado, a capacidade do liberalismo assumir, inteiramente, a problemática do particular e do diferente “diminuindo os limiares da tolerância e da aceitação” (RICOEUR, 2003) e, de outro, um prometeísmo racional implícito, colocado a serviço do desenvolvimento, da organização ou do funcionamento da cidade. Tal pano de fundo, se considerado como um substituto da crença religiosa, orienta e acelera o movimento de secularização, formando uma condição cultural que torna possível o surgimento da cidade, distanciando-se das formas de vida voltadas para a vizinhança comunitária e enraizadas nas tradições antigas. Acaba por se abrir, então, a um espaço cosmopolita, voltado para o seu próprio futuro: um complexo instrumental e patrimonial inteiramente referenciado pelo projeto humano. No entanto, são muito os perigos que se vinculam a condição urbana, na medida em que esta repousa sob uma assumida pluralidade e complexificação das relações humanas. Suas mazelas ordinárias são conhecidas, ao mesmo tempo que, geralmente, são apresentadas de modo imprevisível. O embaraço circunstancial e a promiscuidade da vizinhança, volatilidade residencial, segregação, congestionamento das vias, expansão urbana, ineficiência das redes de comunicação, fragilização dos comércios, inovação tecnológica inquietante, o isolamento e a loucura, entre outros. Contudo, parece que, a cada uma dessas questões e, em contraponto a sua imprevisibilidade, o pano de fundo mencionado é capaz de dar uma resposta implícita, seja por meio da negociação regulando uma situação transitória, como um contrato que satisfaz ambas as partes, seja por conta do alongamento das passagens, em virtude do progresso técnico ou do

desenvolvimento tecnológico.

É possível observar, então, que há uma promessa de coexistência cosmopolita secularizada, associada a promessa de uma eficácia funcional e tensionada pela circulação acelerada (de saberes, de homens, de capitais). Nos termos da Escola de Chicago, trata-se de garantir que “esta desordem aparente seja o equilíbrio específico das sociedades urbanas”, onde a originalidade e a concorrência, ao reforçar a individualidade, são compensadas pelos fenômenos de nivelamento gerados pelo desenvolvimento da produção em massa e da atuação das instituições (GRAFMEYER; JOSEPH, 1990).

O colapso do pano de fundo que sustenta as promessas. O abalo radical que sofreu este pano de fundo estabilizado pelas convicções, cuja ambição fora gerir a *cidade garantida*, contribui para catalisar a angústia na qual se encontra mergulhada a nossa civilização contemporânea, urbana e mundializada. No entanto, o fundamento da angústia não é correspondente a uma possível proliferação das mazelas ordinárias da cidade. Não é a agitação sonora dos vizinhos, a delinquência latente, os aterros sanitários a céu aberto, tampouco a saturação dos estacionamentos que explicam o aumento desse sentimento de angústia. Ao invés disso, como pretendo esboçar, sua origem está muito mais ligada à insistente revelação de uma profunda ambivalência desse mesmo pano de fundo. Para começar, há uma lenta desintegração do crédito de confiança acordado a matriz liberal-secular, diante da persistência do intolerável, no coração das metrópoles.

É possível partir das considerações desenvolvidas por Joan Stavo-Debauge em sua pesquisa sobre o fundamentalismo cristão nos Estados Unidos, no qual ele afirma: “o criacionismo é um veículo apologético, um meio de conversão, o instrumento de um fundamentalismo religioso e o procedimento de uma dessecularização” (STAVO-DEBAUGE, 2012b, p. 29). O núcleo constitutivo da ideia de paz, ele mesmo autorizado pela aceitação da diversidade de convicções passa, então, a ser questionado; a capacidade de tolerância é atravessada por uma violência específica, e a sua característica de neutralizar as forças passionais da convicção, aparece como uma degradação da fé (STAVO-DEBOUGE, 2012b, p. 45). Antes de tudo, estamos diante de um *front* de guerra, cada vez mais endurecido e alimentado pelo “ímpeto proselitista e pela pretensão à absoluta certeza” de alguns, o que reduz o fenômeno a uma perspectiva de se sentir constantemente ameaçado por outrem, um pacote que avança sobre um espaço público buscando, cada vez mais, “conceder uma deferência às razões ‘religiosas’” (STAVO-DEBOUGE, 2012b, p. 45).

Em um contexto de trocas e circulações mundializadas, esta desintegração da relação fiduciária – aberta ao diferente e assentada em um pluralismo fundador – tem suas consequências

nos ambientes políticos e sociais próprios à cultura liberal. Não apenas os processos participativos são prejudicados por uma desconfiança generalizada e por táticas de vingança (obstrução, intimidação, vitimização) que minam o horizonte de uma cidadania igualitária e um direito compartilhado à diferença. Ao contrário, as civilidades liberais em público são degradadas, em proveito de uma gestão ordinária do medo (o primado da indiferença polida recua diante da indiferença transformada em desinteresse, evitação ou mesmo hostilidade latente)²⁰. Por fim, as lógicas de território e de exclusão são reforçadas, autorizando a designação de inimigos aparentes e a criminalização de comportamentos desviantes, reforçando os dispositivos autoritários de vigilância dos fluxos, as grades de proteção, a filtragem discriminatória, ou mesmo, a contabilização dos indesejáveis (GARCIA SANCHEZ, 2004; AGIER, 2008).

Ao lado desta ambivalência que toca a noção de tolerância, há uma outra que se afirma de modo potente – notadamente na escala do gigantismo metropolitano – qual seja: a ambivalência da conquista técnica humana, tanto do ponto de vista positivo como negativo. O prometeísmo implícito que contribuiu, amplamente, para o desenvolvimento do mundo metropolitano e para a sacralização de uma inventividade técnica, posta a serviço do cidadão, encontra-se atingido por uma ambiguidade angustiante, ao levantar questões de ordem política (mais do que técnica). Instala-se, de fato, o receio com relação aos possíveis efeitos negativos da técnica, na medida em que esta desenvolve um poder (energético, comunicacional etc.) que desafia as capacidades de cálculo do homem. Françoise Choay abordou essa questão, de modo amplo, notadamente com relação a uma tendência hegemônica no urbanismo que leva a demolição das construções. Segundo a autora: “essa tendência acompanha a emergência de uma nova civilização tecnicista [...] que nos oferta, ao mesmo tempo, fabulosas riquezas, e nos ameaça privar da dimensão instauradora do espaço humano, onde não haverá qualquer sobreposição de objetos técnicos” (CHOAY, 2006, p. 302-303). Teria, portanto, o prometeísmo surgido em vão, como motor de uma ilusão ou o instrumento de uma desgraça?

Uma proliferação de garantias a serviço do capitalismo contemporâneo. A ruína das promessas implícitas à metrópole cosmopolita, a ambivalência evocada, atualmente, pelo liberalismo secular e pelo prometeísmo que a representaria como um fundo estável de valores, apresenta-se um pano de fundo para a angústia. Isso indica, então, a gênese de um formidável apelo às garantias, imediatamente colocadas a proveito de um capitalismo mundializado, respaldado por um liberalismo normalizador. Como dissemos, a cidade garantida não enfrenta o incomensurável, o que poderia refundar a arquitetura de um mundo comum. Ao contrário,

20 Sobre esse ponto, ver as importantes contribuições de Garcia Sanchez (2002, 2008).

ela se lança em um trabalho incansável de produção de indicadores de medidas e sistemas de avaliação, garantindo a qualidade de seus projetos de edificação e, com isso, inserindo-se em um movimento geral de normalização da metrópole cosmopolita. É possível observar, então, a proliferação desses indicadores, a partir de dois esquemas principais: a mobilidade e a diversidade (*mixité*), as quais sustentam, de antemão, o objetivo de livre circulação e de boa densidade urbana, de acordo com este modelo de metrópole cosmopolita.

Curiosamente, a mobilidade e a diversidade (*mixité*) são alçadas ao estado de “bens naturais”, ou seja, dos quais não se exige investigar os princípios constitutivos. No entanto, esses elementos passam a integrar – graças ao uso de métodos multicritérios que auxiliam na tomada de decisão – um conjunto de índices relativos às duas famílias de incomensurabilidade, evocadas anteriormente. São elas: a catástrofe técnica prejudicando, irremediavelmente, o ecossistema, e a violência belicosa que emerge, sobretudo, do ceticismo fortalecido pela ideia de tolerância²¹. Em uma lógica de entrecruzamento de índices, a mobilidade é priorizada em relação à temática ecológica, enquanto a diversidade fica à frente do tema da insegurança, reforçando a visibilidade dos canais de correlação. Estes, cada vez mais numerosos, permitem uma abertura (ao infinito) a outras investigações, feitas de trás para frente, ou por antecipação, encurralando o agir humano em um canal restritivo de causas e consequências mensuráveis. Daí resulta esta legitimidade predominante da produção de indicadores, cujo crescimento é reforçado pela sedução operada por eles sobre o mercado.

No entanto, trata-se de um empreendimento paradoxal, se consideramos que se pretende ter em conta algo que permanece incomensurável, do ponto de vista de seus próprios princípios de equivalência. Há, realmente, um crescimento exponencial, o mesmo que desenha no vazio este “inferno urbano”, a partir do qual refletem negativamente os indicadores “em vermelho” e os últimos lugares acumulados nos rankings de qualidade. Ao escavar esse inferno, encontramos uma cidade congestionada, que bloqueia as existências e resta prisioneira da sua “miserável crisálida”, tanto inacessível quanto repugnante, aquela das confusões, dos esquemas e das “práticas deletérias”. Tal como a cidade de Marianne (CALVINO, 1974) tem seu avesso poder, sua sombra de chapas enferrujadas e paredes cegas, a cidade garantida teria como reflexo as figuras odiadas, a promiscuidade insuportável e um imobilismo mortificante. O reflexo sórdido de um híbrido urbano, cujo repertório de imagens o faria parecer, ora com os grandes conjuntos, figura encarnada da monotonia urbana, espaço fortificado, fechado sobre si mesmo, desprovido

21 Não abordaremos, aqui, o fato de que os seus respectivos poderes desmedidos de extensão, junto à interconexão das trocas, das técnicas ou das circulações as tornam interdependentes em uma dimensão cósmica (NANCY, 2012).

de todo poder de sedução; ora com os bairros degradados (aqui a favela já representa uma reemergência atrativa, sob certos aspectos), nos quais figura uma promiscuidade doentia, onde espreita a fome e a explosão das violências, representação em torno da qual refluem todas as potências negativas da transgressão.

Ainda assim, a carreira da garantia se amplia uma última vez. Estas imagens, mais ou menos metafóricas e amplamente rebatidas de um inferno urbano, ameaçam se associar à uma explosão lucrativa, relacionada a uma demanda securitária e de segurança. Como um inimigo arдил e sutil do capitalismo, assistimos, então, a expansão de uma economia fundada sob a garantia de qualidade, na qual a cidade aporta a mais sedutora das potencialidades. Trata-se, então, de permitir que o cidadão se liberte de toda a dependência para se realizar individualmente. Mas, finalmente, sobra lugar apenas ao fragmento de poderes corporais e cognitivos, implicados na ação normalizada, sob a qual se funda a garantia. Ou seja, trata-se, tão somente, de uma potencialidade indigente.

A cidade garantida seria indiscutível. A crítica contestatória é colocada em xeque diante de um “urbano generalizado” que ganha forma sob os nossos olhos. Mesmo a formação de uma resistência organizada no bairro de *Grottes* foi amplamente perdida, em termos de sua estrutura polêmica e manifestação polemológica, ao menos desde a extinção do movimento de ocupação (*squat*) que foi muito popular e tinha ganho as ruas nos anos 1980 e 1990. A crítica se apresenta, então, desfavorecida, porque este processo promotor da cidade garantida parece se desenvolver de modo indiscutível e irreversível; é como se as metrópoles, elas mesmas, e o que poderia animá-las e mobilizá-las de seu interior tivessem, agora, escapado a sua própria história.

Contudo, uma questão se coloca: como compreender este “indiscutível” e a sentença experimentada pela crítica, de modo a enfrentar esta autoridade estabelecida de forma potente? É preciso agradecer à Laurent Thévenot por ter voltado, explicitamente, a esse ponto que, geralmente, não está presente na crítica ao neoliberalismo e à globalização. Ou seja: a revelação dos seus fundamentos normativos não é suficiente e deve ser acompanhada de “uma viagem mais longa para desvendar os mecanismos inibidores do senso crítico” (THÉVENOT, 2013). Essa viagem supõe analisar, então, um “conjunto de dispositivos normalizadores e autoridades de regulação, ditas independentes e que fogem ao olhar do político e à sua crítica” e, ainda, se veem metabolizados e instrumentalizados em uma verdadeira “governança pelo objetivo” (THÉVENOT, 2013). Nas palavras desse autor, tal governança “reivindica o incontestável”, difundindo a prática de avaliação e o recurso aos indicadores que “qualquer pessoa seria obrigada a aceitar por realismo”, especialmente no caso de um formato bastante consensual: o objetivo mensurável a ser alcançado.

Diante desta relativa miopia que a crítica apreende com dificuldade e da diferença em afirmar a amplitude do fenômeno e suas formas de opressão, Laurent Thévenot acrescenta a existência de um segundo elemento. Aqui, a governança pelo objetivo se constitui, ela mesma, a partir da operacionalidade do projeto a ser avaliado. Com isso, está inteiramente voltada para a delimitação de objetivos, não tendo a pretensão de definir, tampouco, de contribuir para a realização de um bem comum. Não há, portanto, respostas políticas para esse tipo de governança, na qual se realiza uma temível operação de *redução* do bem comum, em direção ao indicador objetivo, ele mesmo convertido, em seguida, em alvo a ser alcançado.

O terceiro motivo habilitado a constranger a crítica se dá em virtude de um alibi que a governança pelo objetivo dispõe, frente a uma possível acusação de atividade autoritária e independente da crítica. Tal acusação pode ser ultrapassada, pois este modelo de governança é capaz de se apoiar em mecanismos que encorajam, de certa maneira, a iniciar um movimento de crítica. A realização do projeto avaliável passa, inevitavelmente, pelas fases de auditoria, promoção da participação dos atores ou que visam aferir a satisfação dos usuários, promovendo a autorregulação. Com isso, abrem espaço para as avaliações negativas, implicando os atores em um dispositivo crítico que é concebido, contudo, do interior do sistema e não em ruptura com ele. O gesto crítico do qual tratamos, aqui, se inscreve em uma dinâmica reconfortante de correção e confecção de garantias, durante a realização de um plano de ação realista. Este, ao ser compatibilizado com um espectro de objetivos retificáveis termina por ser, principalmente, uma ferramenta que auxilia na tomada de decisão. Assim, a crítica, em sua dimensão potencialmente efervescente, subversiva, desestabilizadora, em suma, radicalmente reformadora e incerta, permanece abafada.

A última razão que permite constatar como a cidade garantida suscita o embaraço da crítica, nos aproxima da natureza do espaço público urbano que ela mesma pretende fazer existir. Ao projetá-la em face de convenções metrológicas mundializadas, supostamente são assegurados certos objetivos – em termos de qualidade de vida – excluídas as condições de possibilidade de eclodirem uma perturbação e uma tensão sensível, as mesmas que eram as fontes dos problemas públicos e nas quais a cidade (*Cité*) veio buscar a energia do início. A vivacidade do espaço público existe no sentido e na medida em que este inclui um conjunto de produções sensíveis, geradoras de uma densidade experiencial. Ou seja, qualquer tipo de originalidade, diferença, choque, inconveniência, tudo aquilo que necessariamente chateia, é capaz de animá-lo, fornecendo sua verdadeira corporeidade espacializante. Nesse sentido, este espaço afetivo colocado sob tensão, cuja dinâmica continua intrinsecamente imprevisível, não corresponde às medidas negativas que dão forma ao espaço público, imprimindo um selo de

mau funcionamento, tal como avaliam os indicadores responsáveis por medir a segurança dos espaços públicos.

Na cidade garantida, onde se valoriza o desenho claro dos objetivos realistas, ocorre que a perturbação é abafada e objetivada, a incerteza é mensurada e a inquietude rebatida, a partir das operações de medida. Dela emerge, apenas, um filete de troca que não é mais capaz de alimentar sozinho um pensamento crítico, no sentido de que este seja capaz de arrumar o meio de campo, de modo suficiente, para encontrar o impulso e recuperar a confrontação. Nós vimos algo deste tipo, considerando a maldição reservada aos espaços intermediários nas quadras residenciais. Assim, o ordenamento da *cidade garantida* tem por objetivo neutralizar as tensões prejudiciais a tranquilidade da vizinhança, assegurando o cumprimento da separação liberal do espaço entre o público e o privado.

Epílogo/

Um encontro no bairro (17:30) /notas de campo retrabalhadas

Quadra 13, Rua Montbrillant. Eu encontro um amigo em frente a um sebo, no pátio interior que contorna o número 29 da rua de Gares.

Estou sentado em uma mesa de madeira, situada ao centro do pátio quando, rapidamente, juntou-se a mim uma mulher acompanhada de três crianças que se instalaram para desenhar. Claramente, os habitantes estão em suas casas quando saem para esse pátio. Uma parte de suas vidas parece transbordar ao exterior. Um pouco mais adiante, no anexo ao fundo do pátio, um pouco escondido pela vegetação, um grupo de jovens está sentado em um banco, enquanto conversam e fumam cigarros. Um deles se levanta e retira de um arbusto um pequeno saco, contendo algumas latas de cerveja. As bicicletas espalhadas pelo chão, uma escada que foi colocada sobre um muro e uma churrasqueira completam o panorama das coisas deixadas ali, sem a intenção de serem arrumadas. São traços de uso ou resíduos de atividades coletivas ou pessoais. Vasos de flores são colocados no chão, desenhando a frente de um imóvel e delimitando um terraço na porta de entrada de um prédio. Ainda mais distante do pátio, os grandes barris de metal estão pintados com cores vivas, contém outros vasos de flores onde as plantas crescem livremente. Anunciam um espaço de vegetação mais selvagem, por meio dos quais se perdem os caminhos de terra que circulam os edifícios. O investimento bastante familiarizado do lugar pelos moradores (jardinagem, refeições, bricolagem etc.) parece, também, dirigido a um público

mais amplo, suscetível de participar desses momentos coletivos organizados por eles. A visão de conjunto nos permite decifrar, então, um lugar que é tomado pelas mãos e mantido de acordo com a conveniência dos moradores, os quais influenciam sem determinar, pura e simplesmente, os modos de ocupação do espaço.

Configura-se, aqui, uma *arquitetura de uso* que edifica um lugar alimentado pelo uso habitual, povoado de coisas usuais, no qual cria-se uma paisagem ou se expõe algo desgastado e perecível, inserindo, assim, um espaço habitável por entre as moradias e as vias pelas quais circulamos em direção a estação. Esse espaço parece, de certa forma, potencializar uma arquitetura inventada pelos moradores, onde pululam achados ordenados “de ocasião”. Assim, os limites de separação são fluidos: as plantas e os arbustos crescem a esmo e a irregularidade do solo (e de sua textura) inscrevem no espaço gradações de enclausuramento, de possibilidades de retirada e de percursos inéditos. Esse jogo, tornado possível entre exposição e ocultação de si, parece facilitar a introdução da partilha mais ou menos amigável do lugar pelos habitantes.

Deste modo, a *arquitetura de uso* se edifica e floresce sobre fundações materiais de arquiteturas já presentes. O epílogo da quadra 13 não trata apenas de reluzir algumas relíquias residuais de um passado militante, centrado no combate por uma vida comunitária alternativa. Ele nos permite, também, considerar o que do espaço público urbano, poderá, ainda, ser deformado, escavado, usado ou degradado, fraturado ou fissurado. Com isso, permite-se iniciar outros usos em seu contexto, outros investimentos (materiais e simbólicos) de seu lugar, outras leituras da sua função. Falamos, então, de uma *arquitetura de uso*, cujo alcance imaginativo oferece um acréscimo em relação a toda representação esperada das utilizações do lugar. Esse alcance e esse acréscimo permitem, então, compor um horizonte para a crítica.

A arquitetura de uso se mantém adequada, enquanto uma postura de resistência, diante das garantias de qualidade exigidas pela edificação atual dos espaços urbanos e, a partir das quais se espalha, globalmente, um mesmo ar de família metropolitana, inspirada pelas grandes cidades ocidentais atrativas. Sua resistência se dá menos à luz do que pode ser garantido como medida objetiva e, mais, com relação ao que ela potencializa em termos vividos não premeditados e de instalações imprevistas, ligadas às histórias da moradia. Está em jogo, ainda, a matriz de aprendizagem da ligação civil e da relação fiduciária mútua, a partir da qual pode tomar lugar um vasto conjunto de relações engajadas em diferentes métricas rítmicas, entre as quais: aproximação, afastamento, distância, esquivas, ponderações, desvios, evitação, choques, atrações, repulsas etc. É diante da potencialidade aberta pelo espaço intercalado, ele mesmo transfigurado pelas arquiteturas de uso, que se joga um reinvestimento do coletivo, suscetível de perturbar a ordem estabelecida pela *cidade garantida*.

REFERÊNCIAS²²

1. AGIER, M. **Gérer les indésirables**: des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire. Paris: Flammarion, 2008.
2. ASSOCIATION ÎLOT 13. **Îlot 13**. Projet d'aménagement par l'Association des habitants. Genève, 1990.
3. ATELIER 89. L'Îlot 13 à Genève: Prix Interassar 2001. **L'Habitation**, v. 73, n. 6, p. 6-7, 2001.
4. BACQUÉ, M.-H. Participation, urbanisme et études urbaines. Quatre décennies de débats et d'expériences depuis "A ladder of citizen participation" de S. R. Arnstein. **Participations**, 1, n. 1, p. 36-66, 2011.
5. BARTHES, R. **Comment vivre ensemble**. Paris: Seuil; IMEC, 2002.
6. BASSAND, M. Métropolisation et inégalité sociale. Lausanne: PPUR, 1997.
7. BEFAG. Étude d'aménagement I. Genève: FAG, 1971.
8. BERGER, M. Habiter le flux.? Route rapide et expérience du proche. *In*: BENDIKS, S. A.; DEGROS. (éd.). **N4: Asphalte et bâtiments**. Bruxelles, 2007. A16 éditions.
9. BERGER, M. **Répondre en citoyen ordinaire**. Enquête sur les engagements profanes dans un dispositif d'urbanisme participatif à Bruxelles. 2009. Orientadores: Margarita Sanchez-Mazas e Guy Lebeer. Thèse (Doctorat) – Université Libre de Bruxelles, Bruxelles, 2009.
10. BERNET, C. Les Grottes rabetent la tour de moitié. **Tribune de Genève**, 18 sep. 2012a.
11. BERNET, C. Une tour de 7, 8 ou 10 étages? La Ville consulte les habitants. **Tribune de Genève**, 13 mars 2012b.
12. BIANCHETTI, C. Finte quinte urbane. **L'indice dei Libri del Mese**, n.12, p. 31, 2003.
13. BIANCHETTI, C. Il paradosso del patrimonio. *In*: ANDRIANI, C; (éd.). **Il patrimonio e l'abitare**. Roma: Donzelli, 2010. p. 29-36.
14. BIANCHETTI, C. Un pubblico minore. **CRIOS**, n. 1, p. 43-51, 2011.
15. BIANCHETTI, C. **Antiurbanesimo contemporâneo**. [200?]. Disponível em: www.territoridellacondivisione.wordpress.com.

22 [N.T.] As referências foram incluídas tal como aparecem na obra original. Por esta razão, algumas delas diferem do padrão ABNT de normatização de artigos acadêmicos em vigor.

16. BLUHM, D.; NITSCHKE, R. **Berlin ist das Allerletzte**. Berlin: Transit, 1993.
17. BOBBIO, N. **L'età dei diritti**. Torino: Einaudi, 1990.
18. BOLTANSKI, L. **De la critique**. Paris: Gallimard, 2009.
19. BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.
20. BOURDIN, A. La ville se dit par évaluations. **Cahiers internationaux de Sociologie**, CXXVIII-CXXIX, p. 117-134, 2010.
21. BRAILLARD, P. **Pierre Brillard: De 1932 à 1982; Un demi-siècle d'architecture à Genève**. Monaco: Editions Pierre Brillard, 2007.
22. BREVIGLIERI, M. (éd.). **Les choses dues: propriétés, hospitalités et responsabilités**. Ethnographie des parties communes des squats militants, Rapport à la Direction de l'architecture et du patrimoine, Paris, 2004.
23. BREVIGLIERI, M. Les habitations d'un genre nouveau: Le squat urbain et la possibilité du "conflit négocié" sur la qualité de vie. *In*: PATTARONI, L.; KAUFMANN, V.; RABINOVICH, A. (éd.). **Habitat en devenir: enjeux sociaux, territoriaux et politiques du logement en Suisse**. Lausanne: PPUR, 2009.
24. BREVIGLIERI, M. L'insupportable. L'excès de proximité, l'atteinte à l'autonomie et le sentiment de violation du privé. *In*: M. BREVIGLIERI, M.; C. LAFAYE, C.; TROM, D. (éd.). **Compétences critiques et sens de justice**. Paris: Economica, 2009b.
25. BREVIGLIERI, M.; LAFAYE, C.; TROM, D. **Compétences critiques et sens de justice**. Paris: Economica, 2009.
26. BREVIGLIERI, M.; PATTARONI, L. Le souci de la propriété. Vie privée et déclin du militantisme dans un squat genevois. *In*: MOREL, A. (éd.). **La société des voisins**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2005. p. 275-289.
27. BREVIGLIERI, M.; PATTARONI, L. Conflitti e compromessi. Dalla critica militante alle innovazioni istituzionali nella politica edilizia a Ginevra. *In*: PODESTÀ, N.; VITALE, T. (éd.). **Dalla proposta alla protesta e ritorno: Conflitti locali e innovazione politica**. Milano: Bruno Mondadori, 2011. p. 135-164.
28. BREVIGLIERI, M.; PATTARONI, L.; STAVO-DEBAUGE, J. Quelques effets de l'idée de proximité sur la conduite et le devenir du travail social. **Revue Suisse de Sociologie**, v. 29, n. 1, p. 141-157, 2004.
29. BREVIGLIERI, M.; STAVO-DEBAUGE, J. L'hypertrophie de l'œil: Pour une anthropologie Du passant singulier qui s'aventure à découvert. *In*: CEFAÏ, D.; C. SATURNO, C. (éd.). **Itinéraires d'un pragmatiste**. Autour d'Isaac Joseph. Paris: Economica, 2007.

30. BREVIGLIERI, M.; TROM, D. Troubles et tensions en milieu urbain: les épreuves citadines et habitantes de la ville. *In*: CEFAÏ, D. ;PASQUIER, D. (éd.). **Les sens du public**: Publics politiques, publics médiatiques. Paris: PUF, 2003. p. 399-416.
31. BULLE, S. Pourquoi la rue inspire-t-elle la révolte? Compétences émeutières et projet de transformation sociale dans le mouvement d'occupation mondial. **JSSS (Justice spatiale/Spatial Justice)**, n. 4, 2012.
32. BÜTSCHI, D.; CATTACIN, S. L'État incitateur: nouvelles pratiques de subsidiarité dans le système du bien-être suisse. **Annuaire Suisse de Science Politique**, n. 33, p. 143-162, 1993.
33. CJN. Grottes: dialogue amorcé entre l'APAG et le Conseil administratif. **Tribune de Genève**, n. 24 nov. 1978.
34. CALVINO, I. **Les villes invisibles**. Paris: Seuil, 1974.
35. CANTELLI, F.; GENARD, J. L. **Action publique et subjectivité**. Paris: LGDJ, 2007.
36. CARREL, M. **Faire participer les habitants?** Pauvreté, citoyenneté et pouvoir d'agir. Lyon: ENS Editions, 2013.
37. CASTELLS, M. **La question urbaine**. Paris: Maspero, 1972.
38. CASTELLS, M. **Luttes urbaines et pouvoir politique**. Paris: Maspero, 1975.
39. CEFAÏ, D.; TERZI, C. (éd.). **L'expérience des problèmes publics**. Paris, Éditions de L'École des hautes études em sciences sociales., 2012. (Coll:Raisons Pratiques 22).
40. CENTEMERI, L. Retour à Seveso. La complexité morale et politique du dommage à l'environnement. **Annales HSS**, p. 213-240, 2011.
41. CENTRE DE DOCUMENTATION. **Dossier**: quartier des Grottes à Genève; coupures de presse (1929-1976). Genève, École d'Architecture (Université de Genève), 1976.
42. CHAPPUIS, P. Les Îlots 5a et 7, vues par la Ville de Genève. **L'Habitation**, v. 74, n. 4, p. 5-7, 2002.
43. CHATENAY, M. Demain, les Grottes. **La Suisse**, 2 mars. 1975
44. CHOAY, F. **Pour une anthropologie de l'espace**. Paris: Seuil, 2006.
45. CIMA, D. **Vivre autrement**. Le quartier alternatif de l'Îlot 13, travail personnel de recherche sous la direction du Prof. F. Chiffelle, Neuchâtel, Institut de géographie (Université de Neuchâtel), 1994.
46. COGATO LANZA, E. **Maurice Brillard et ses urbanistes**. Puissance visionnaire et stratégies de gestion urbaine (Genève 1929-1936). Genève: Slatkine, 2003.
47. COGATO LANZA, E.; DI CAMPLI, A. Horizons domestiques: Le confort urbain d'une

- mégastructure. *In*: GRAF, F. (éd.). **La cité du Lignon**: Étude architecturale et stratégies d'intervention. Gollio: Infolio, 2012. p. 62-67.
48. COLLECTIF D'AUTEURS. **Vivent les Grottes, la lutte d'un quartier à Genève**. Genève: Editions Que faire?, 1979.
49. CONEIN, B. La collocation en Californie: vivre entre pairs. *In*: BREVIGLIERI, M.; CONEIN, B. (éd.). **Tenir ensemble et vivre avec**: Explorations sociologiques de l'inclination à cohabiter, rapport final Plan Urbain Construction Architecture. Paris: Editions de l'EHESS, 2003.
50. CONSEIL ADMINISTRATIF DE LA VILLE DE GENÈVE. Rapport sur le quartier des Grottes. Genève, 1929.
51. CONSEIL ADMINISTRATIF DE LA VILLE DE GENÈVE. **Communiqué**. Genève, 1978
52. DAL CO, F. Dove le cose cominciano. Il complesso del Wissenschaftszentrum a Berlino di Stirling e Wilford. **Lotus International**, n. 2, p. 31-35, 1988.
53. DE DARDEL, J. **Révolution sexuelle et mouvement de libération des femmes à Genève (1970 – 1977)**. Lausanne: Antipodes, 2007.
54. DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mille plateaux. Capitalisme et schizophrénie 2**. Paris: Minit, 1980.
55. DE MICHELIS, M. Il mito della fenice. Il caso dell'IBA 1984 a Berlino. **Lotus International**, n.4, p. 5-19, 1981.
56. DÉRIAZ, J.-J. **Le rapport Biermann lu pour vous, dactylographié**. Genève, 1960.
57. DÉRIAZ, J.-J. **Projet de circulations Grottes-Cornavin**: synthèse de plusieurs projets récents. Genève: Blanc Wittwer, 1968.
58. DÉRIAZ, J.-J. **Les Grottes et Cornavin**. Genève, 1972.
59. DERRIDA, J. La différance. *In*: DERRIDA, J. **Marges de la philosophie**. Paris: Minit, 1972. p. 1-29.
60. DIND, D. Une grève de locataires à Genève. **Revue Internationale d'action Lumanitaire. Logement et Luttes Urbaines**, Montreal, n. 4/44, p. 9-17, 1980.
61. D'IVERNOIS, R. **La Genève des Grottes**. Genève: Journal de Genève, 1972.
62. DONZELOT, J. **Faire société**. Paris: Seuil, 2003.
63. DONZELOT, J. La nouvelle question urbaine. *In*: DONZELOT, J. **La ville à trois vitesses**. Paris: Éditions de la Villette, 2009.
64. DU PASQUIER, J.-N.; MARCO, D. **Le rapport territorial**: essai de définition. Paris:

- 3e forum de la régulation, 2009.
65. DUBESSET, B. (éd.). **La rénovation douce Berlin-Genève**. Genève: Georg, 1988.
66. DUMONT, E.-L. **La Genève des Grottes**. Genève: Journal de Genève, 1972.
67. DUVANEL, L.; LEVY, R. **Politique en rase-mottes: Mouvements et contestation suisses; 1945-1978**. Lausanne: Réalités Sociales, 1984.
68. FABIAN, L.; PELLEGRINI, P. (éd.). **On Mobility**. Venezia: Marsilia, 2012.
69. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. **Étude d'aménagement: Premier compte rendu**. Genève, 1971.
70. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. Aménagement du quartier des Grottes. **Secteur C. Rapport final**, Genève, 16 déc., 1974.
71. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. Aménagement du quartier des Grottes. **Secteur B. Rapport final + Annexes**, Genève, Février, 1975.
72. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. Aménagement du quartier des Grottes. **Secteur D. Rapport final**, Genève, 1974.
73. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. **Rénovation du quartier des Grottes: histoire, démarche FAG, réalisations et perspectives**, Genève, 1985.
74. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. **Bulletin d'information de la FAG**, Genève, décembre, 1986.
75. FONDATION POUR L'AMÉNAGEMENT DU QUARQUIER DES GROTTES. **Les Grottes**. Bilan de la renaissance d'un quartier urbain du 19esiècle, Genève, Septembre 1991.
76. FATIO, G. **La campagne genevoise d'après nature**. Genève: Société des Arts, 1899.
77. FEDRE. **Rénovation de l'immeuble 10, rue Cité-de-la-Corderie**. Genève, 2012. Disponible em: http://www.fedre.org/documents/forum2012/Presentations/Cite_de_la_Corderie.pdf.
78. FERLENGA, A. **Aldo Rossi: Tout l'œuvre**. Cologne: Könemann, 2011.
79. FINKIELKRAUT, A. **L'ingratitude**. Paris: Gallimard, 1999.
80. FOUCAULT, M. **Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-78)**. Paris: Gallimard; Seuil, 2004.
81. GAILLARD, D.; MATTHEY, L. Voir loin. **Interface, Journal réalisé par la commission**

Promotion et communication de la FAI, n. 15, p. 20-23, 2012.

82. GAMBARO, A. Key-Note Speech. *In*: XXV CONFERENZA INTERNAZIONALE DELL'OSSERVATORIO "GIORDANO DELL'AMORE" sui rapporti tra diritto ed economia Fra individuo e collettività. La proprietà nel secolo XXI, Milano, 8-9 novembre 2012. **Anais...** Dactylographié: Università degli Studi di Milano, 2012.
83. GARCIA SANCHEZ, P. Conflits d'urbanité et gestion du domaine public. Les épreuves du civique à Caracas. *In*: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (éd.). **L'Héritage du pragmatisme: Conflits d'urbanité et épreuves de civisme**. La Tour d'Aiguës: Éditions de l'Aube, 2002. p. 265-284.
84. GARCIA SANCHEZ, P. La forme privative de l'urbanité: emprise sécuritaire et homogénéisation socio-spatiale à Caracas. **L'Espace Géographique**, n. 2, p. 114-130, 2004.
85. GARCIA SANCHEZ, P.; GONZALEZ, S. Ségrégation, communauté et mitoyenneté: les épreuves de la contiguïté à Caracas. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 105, p. 7-15, 2008.
86. GEBERT, J.; LÉVEILLÉ, A. **La formation du tissu urbain du centre des Grottes: Le square Berger**. Genève: École d'architecture (Université de Genève), 1983.
87. GFELLER, P. **Le théâtre urbain genevois et les Grottes: Mémoire de Licence**. Genève: Université de Genève, 1980.
88. GFELLER, P. **Place des Grottes**. Lausanne: Editions d'En Bas, 2012.
89. GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **Les enquêtes sociologiques: Théories et pratique**. Paris: Armand Colin, 1978.
90. GOULD, R. V. **Insurgent Identities: Class, Community, and Protest in Paris from 1848 to the Commune**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
91. GRAFMEYER, Y. ET JOSEPH, I. (éd.). **L'école de Chicago: Naissance de l'écologie urbaine**. Paris: Aubier, 1990.
92. GROS, D. **Dissidents du quotidien: La scène alternative genevoise**. Lausanne: Éditions d'en bas, 1987.
93. GROUPE, Y. **La rue des Grottes**. Étude préliminaire, oct., 1983.
94. GFELLER, P. **Place des Grottes**. Lausanne: Editions d'En Bas, 2012.
95. HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1950.
96. HEGEMANN, W.; PEETS, E. **The American Vitruvius An Architects' Handbook of Civic Art**. New York: Architectural Book Publishing Co, 1992.

97. HOHFELD, W. N.; W. W. Cook (éd.). **Fundamental Legal Conceptions as Applied in Legal Reasoning and Other Legal Essays**. Yale: Yale University Press, 1919.
98. INFUSSI, F. **Dal recinto al territorio**. Milano: Bruno Mondadori, 2011.
99. JONAS, H. **Le principe responsabilité**. Paris: Les Editions du Cerf, 1990.
100. JOSEPH, I. Reprendre la rue. *In*: JOSEPH, I. (éd.). **Prendre place: espace public et culture dramatique**. Paris: Éditions Recherches, 1995. p. 51-67.
101. JOYE, D.; SIMONIN, A. Démocratie et participation locale. Rapport pour la Ville de Genève, **Rapport de recherche**, n. 128, 1995.
102. K., P. Reconstruire ou entretenir. Quartier des Grottes. **Voie ouvrière**, 9 jan., 1974.
103. KCAP Architects&Planners; ERNTS Basler+Partner. Cornavin Grottes Montbrillant. Étude urbaine de l'extension de la Gare Cornavin, version provisoire, 25 août. 2011. Disponible em: <http://luttons.ch/pdf/Etude-urbaine-estention-gare.pdf>.
104. KETTERER, C. **Mes combats pour Genève**. Genève: Slatkine, 1994.
105. LA POSTE. **Le projet Genève: Cornavin profite à tous, Berne**. 2010. Disponible em: http://www.post.ch/immobilier/fr/im-startseite/im-projekte/im-geneve/genf_factsheet.pdf.
106. LEBOIS, V. **Les ressources des espaces intermédiaires: Analyse socio-spatiale dans l'habitat collectif contemporain parisien**. 2010. Thèse (Doctorat) – Université Paris 8, Paris, 2010.
107. LEES, L.; SLATER, J.; WYLY, E. **Gentrification**. Routledge: New York, 2008.
108. LEFEBVRE, H. **Le droit à la Ville**. 3e éd. Paris: Economica-Anthropos, 2009.
109. LEIGHTON CHASE, J.; CRAWFORD, M.; KALISKI, J. (éd.). **Everyday Urbanism**. New York: The Monicelli Press, 2008.
110. LÉVEILLÉ, A. **Formation et transformations du secteur des organisations internationales**. Aménagement de la Ville de Genève, CRR, 1981.
111. LÉVEILLÉ, A. **1986-2001 Projets d'urbanisme pour Genève**. Genève: CRR–DAEL–Georg, 2003.
112. LUCAN, J. **Où va la ville aujourd'hui? Formes urbaines et mixités**. Paris: Editions de la Villette, 2012.
113. MARCO, D. Quartier des Grottes et École d'Architecture. **Revue Internationale d'Action Humanitaire**, v. 44, n. 4, p. 26-29, 1980.
114. MARCO, D. Mouvements d'habitants et compromis territorial. *In*: WALTER, F. (éd.).

- La Suisse comme ville.** *Itinera*, 22, 1999. p. 223-236.
115. MARCUSE, P. Property Rights, Tenure and Ownership: Towards Clarity in Concept. *In*: DONERMARK, B.; ELANDER, I. (éd.). **Social Rented Housing in Europe: Policy, Tenure and Design.** Delft: Delft University Press, 1994. p. 21-39.
116. MAROT, S. **Palimpsestuous Ithaca:** Un manifeste relatif du suburbanisme. 2008. Thèse (Doctorat) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2008.
117. MARX, K. La guerre civile en France. 1871. Disponible en: http://classiques.uqac.ca/classiques/Marx_karl/guerre_civile_france/guerre_civile_france.htm.
118. MARX, K. Le Capital, livre I. *In*: MARX, K. **Œuvres: Économie I.** Paris: Gallimard, 1972.
119. MATILE, L. La Ville annonce un plan quadriennal: 63 millions pour les Grottes. **Tribune de Genève**, 16 nov., 1979.
120. MATILE, L. Au 34 de la rue de la Servette, parce que la législation est trop ferme... Un immeuble muré fait perdre 100.000 fr. par an à la Ville. **Tribune de Genève**, 29 et 30 mars 1980.
121. MATTEI, U. Proprietà (nuove forme di). *In*: BRECCIA, U. et al. (éd.). **Enciclopedia del diritto: Annales V.** Milan: Giuffrè, 2012. p. 1118-1132.
122. MAYOR, J.-C. Un quartier pittoresque va disparaître: les Grottes. **Tribune de Genève**, 1969.
123. NANCY, J.-L. **L'équivalence des catastrophes (Après Fukushima).** Paris: Galilée, 2012.
124. ORLÉAN, A. **L'empire de la valeur: Refonder l'économie.** Paris: Seuil, 2011.
125. PATTARONI, L. **Politique de la responsabilité: promesses et limites d'un monde fondé sur l'autonomie.** Genève: École des Hautes Études en Sciences Sociales; Université de Genève, 2005.
126. PATTARONI, L. La ville plurielle: quand les squatteurs ébranlent l'ordre urbain. *In*: BASSAND, M.; KAUFMANN, V.; JOYE, D. (éds), **Enjeux de la sociologie urbaine**, 2. éd., Lausanne, PPUR, 2007. pp. 283-314.
127. PATTARONI, L. Le nouvel esprit de la ville. Les luttes urbaines sont-elles recyclables dans le développement urbain durable? **Mouvements**, n. 65, p. 43-56, 2011.
128. PATTARONI, L. Les friches du possible: petite plongée dans l'histoire et le quotidien des squats genevois. *In*: GREGORIO, J. **Squats.** Genève: Labor et Fides, 2012. p. 95-119.
129. PATTARONI, L.; TOGNI, L. Logement, autonomie et justice: du bail associatif et de

- quelques autres compromis en matière de logement social à Genève. *In*: PATTARONI, L.; KAUFMANN, V.; RABINOVICH, A. (éd.). **Habitat en devenir**: enjeux territoriaux, politiques et sociaux du logement en Suisse. Lausanne: PPUR, 2009. p. 113-137.
130. PÉCLÔT 13. **Observations relatives à la requête en autorisation de démolir n°6776**. Genève, 2012.
131. PINSON, G. Projets de ville et gouvernance urbaine. Pluralisation des espaces politiques et recomposition d'une capacité d'action collective dans les villes européennes. **Revue Française de Science Politique**, v. 56, n. 4, p. 619-651, 2006.
132. PODESTÀ N.; VITALE, T. (éd.). **Dalla proposta alla protesta, e ritorno**: Conflitti locali e innovazione politica. Milano: Bruno Mondadori, 2011.
133. RANCIÈRE, J. **Aux bords du politique**. Paris: Éditions La Fabrique, 1998.
134. RANCIÈRE, J. **Le Partage du sensible**. Paris: Éditions La Fabrique, 2000.
135. RIAT-LAVARINO, E. Faut-il implanter un musée aux Grottes? **Tribune de Genève**, 13 mars 1974.
136. RAPOPORT, A. **Culture, architecture et design**. Paris: InFolio Editions, 2003.
137. RICOUER, P. **Lectures 1**. Paris: Seuil, 1991.
138. RICOUER, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.
139. RICOUER, P. Urbanisation et sécularisation. **Autres Temps, Cahiers d'éthique sociale et politique**, n. 76-77, p. 113-126, 2003.
140. RIPOLL, D. Une architecture d'entrepreneur. *In*: Ville de Genève, 18-10-22 Rue des Grottes 1 Rue de la Faucille, Genève, 2005. p. 6-9.
141. RODOTÀ, S. **Diritti e libertà nella storia d'Italia**. Roma: Donzelli, 2011.
142. DE ROGUIN, S. Diversité morphologique dans la ville contemporaine. Atouts et limites des formes non conventionnelles. 2009. Thèse (Master en Géographie) – Lausanne, Université de Lausanne, Lausanne, 2009.
143. ROSANVALLON, P. **La société des égaux**. Paris: Seuil, 2012.
144. ROSSI, P. (éd.). **Fine del diritto**. Bologna: il Mulino, 2009.
145. ROSSIAUD, J.; SALERNO, S.; LAMBERT, C.; LEWERER, M.; SCHÖNI, D. **Outils pour l'action socio-sanitaire communautaire aux Grottes**. Genève: Université de Genève, 2004.
146. ROY-VALEX, M. **Ville attractive, ville creative**: La plus-value de la culture au regard des "créatifs" du jeu vidéo à Montréal. 2010. Tese (Doutorado) – Institut national de la recherche scientifique, Montréal, 2010.

147. RUEDI, A. Grottes: pétition pour un “jardin Robinson”. **Tribune de Genève**, 5 mars, 1973.
148. RUGGIERI, D. **Occuparsi di parole: Open City. Una riflessione a partire dal caso di Skopje**. 2012. 2010. Orientador: C. Bianchetti. Dissertação (Mestrado) – Scuola di dottorato Iuav, Venezia, 2012.
149. SAMPIERI, A. **Territori della condivisione**. Torino, papier présenté à la Xve Conferenza SIU, Società italiana degli Urbanisti, “L’urbanistica che cambia. Rischi e valori”, Pescara 10-11 maggio, 2012. Disponível em: www.territoridellacondivisione.wordpress.com.
150. SARTRE, J.-P. **Critique de la raison dialectique**. Paris: Gallimard, 1960
151. SAUGEY, M. J. Les routes nationales dans l’agglomération de Genève. **Werk**, v. 49, n. 10, p.344-355, 1961.
152. SECCHI, B. **Première leçon d’urbanisme**. Marseille: Parenthèses, 2006.
153. SECCHI, B. A New Urban Question: Understanding and Planning the Contemporary European City. **Territorio**, n. 53, p. 8-18, 2010.
154. SECCHI, B. Infrastrutture per la mobilità e la costruzione del territorio metropolitano. Le ragioni di una ricerca. In: FABIAN, L.; PELLEGRINI, P. **On Mobility**. Venezia: Marsilia, 2012.
155. SECCHI, B. **La città dei ricchi e la città dei poveri**. Bari: Laterza, 2013a.
156. SECCHI, B. Note al testo di Alessandro Pizzorno. In: PIZZORNO, A.; CROSTA, P.L.; B. SECCHI, B. **Compenza e rappresentanza**. Roma: Donzelli, 2013b. p. 35-45.
157. SECCHI, B.; VIGANÒ, P. **La ville poreuse: Un projet pour le Grand Paris et la métropole de l’après Kyoto**. Genève: MétisPresses. 2011
158. SENNETT, R. **Les Tyrannies de l’intimité**. Paris: Seuil, 1979
159. SENNETT, R. **L’uomo artigiano**. Milano: Feltrinelli, 2009/2008.
160. SENNETT, R. **Ce que sait la main. La culture de l’artisanat**. Paris: Albin Michel, 2010
161. SENNETT, R. **Insieme. Rituali, piaceri, politiche della collaborazione**. Milano: Feltrinelli, 2012
162. SHU, J.-A. Architecture et outil informatique: le débat. **Marnes: Documents d’Architecture**, n. 1, p. 357-388, 2011. Disponível em: [link Acesso em: dia mês ano](#).
163. ŠIK, M. **And Now the Ensemble!!!**. Zurich: Lars Müller et Swiss Arts Council Pro Helvetia, 2012

164. SIMMEL, G. La sociabilité. Exemple de sociologie pure et formale. *In*: SIMMEL, G. **Sociologie et épistémologie**. Paris: PUF, 1981/1917.
165. STAVO-DEBAUGE, J. **L'indifférence du passant qui se meut, les ancrages du résident qui 2003 s'émeut**. *In*: CEFAÏ, D.; D. PASQUIER (éd.). **Les sens du public**. Paris: PUF, 2003.
166. STAVO-DEBAUGE, J. Des "événements" difficiles à encaisser. Un pragmatisme pessimiste. *In*: Cefaï, D.; Terzi, C. (éd.). *L'expérience des problèmes publics*. 2012a. p. 191-224. (Raisons Pratiques 22).
167. STAVO-DEBAUGE, J. **Le loup dans la bergerie**: Le fondamentalisme chrétien à l'assaut de l'espace public. Genève: Labor et Fides, 2012b.
168. STIRLING, J. Discorso inaugurale. **Lotus International**, n. 2, p. 36-37, 1988.
169. SUPIOT, A. **L'esprit de Philadelphie**: La justice sociale face au marché total. Paris: Seuil, 2010
170. SURCHAT VIAL, N.; BESSAT, F.; ROULET, P. (éd.) **Genève Agglo 2030**: Un projet pour dépasser les frontières. Marseille: Parenthèses, 2010
171. SZAMBIEN, W. Berlin. **Une ville en suspens**. Paris: Editions Norma, 2003
172. THÉVENOT, L. Les investissements de forme. *In*: THÉVENOT, L. (éd.). **Conventions économiques**. Paris: PUF, 1986. p. 21-71.
173. THÉVENOT, L. Statistique et politique: la normalité du collectif. **Politix**, n. 25, p. 5-20, 1994.
174. THÉVENOT, L. Un gouvernement par les normes; pratiques et politiques des formats d'information. *In*: CONEIN, B.; THÉVENOT, L. (éd.). **Cognition et information en société**. Paris: Editions de l'EHESS, 1997. p. 205-241.
175. THÉVENOT, L. **L'action au pluriel**: sociologie des régimes d'engagement. Paris: La Découverte, 2006
176. THÉVENOT, L. La mise en place d'un gouvernement par les normes à l'échelle européenne. *In*: DEROUET, J.L.; NORMAND, R. (éd.). **L'Europe de l'éducation**: entre management et politique. Lyon: Institut National de la Recherche Pédagogique et École Supérieure de l'Éducation Nationale, 2007. p. 55-62.
177. THÉVENOT, L. Sacrifices et bénéfices de l'individu dans un espace public libéral. **Cahiers d'Éthique Sociale et Politique**, n. 5, p. 68-79, 2008.
178. THÉVENOT, L. Le gouvernement par l'objectif à l'épreuve de la critique: métamorphose des évaluations autorisées. *In*: LARQUIER, G.; FAVEREAU, O.; GUIRARDELLO, A. (éd.). **Les Conventions dans l'économie en crise**. Paris: Éditions La Découverte, 2011.

179. THÉVENOT, L. Autorités à l'épreuve de la critique. Des évaluations autorisées et de leurs critiques jusqu'aux oppressions du "gouvernement par l'objectif". In: FRÈRE, B. (éd.). **Quel présent pour la critique sociale?** Paris: Desclée de Brouwer, 2013.
180. TODROS, A. **Forme di comunanza e scelte abitative reiterate**. 2012. Orientador: C. Bianchetti. Scuola di dottorato Iuav, Venezia, 2012.
181. DE TRAZ, R. **L'esprit de Genève**. Paris: Grasset, 1929.
182. UNGERS, O. M. et al. Le città nella città: Proposte della Sommer Akademie per Berlino. **Lotus International**, n. 19, p. 82-97, 1978. Disponível em: link Acesso em: dia mês ano.
183. V., H. La reconstruction des Grottes (gentiment) chahutée. **Journal de Genève**, 12 mars 1975.
184. VANEIGEM, R. **Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations**. Paris: Gallimard, 1967.
185. VIOT, P.; PATTARONI, L.; BERTHOUD, J. Voir et analyser le gouvernement de la foule en liesse. Eléments pour l'étude des rassemblements festifs à l'aide de matériaux sonores et visuels. **Ethnographiques.org**, n. 21, 2010.
186. VITALE, T. Regulation by Incentives, Regulation of the Incentives in Urban Policies. **Transnational Corporations Review**, v. 2, n. 2, p. 58-68, 2009.
187. WAGNER, P. **Liberté et discipline: les deux crises de la modernité**. Paris: Métailié, 1996.
188. WALTENSPUHL, P. **Concevoir, dessiner, construire: une passion**. Lausanne: Editions Livre Total, 1990.
189. WALZER, M. **La révolution des Saints**. Paris: Belin, 1988.
190. WIRTH, L. **Le phénomène urbain comme mode de vie**. In: GRAFMEYER, Y.; JOSEPH, I. (éd.). **L'école de Chicago: Naissance de l'écologie urbaine**. Paris: Aubier, 1990.
191. ZAGREBELSKY, G. **Simboli al potere**. Torino: Einaudi, 2012.
192. ZARDINI, M.; BORASI, G. **Imperfect Health: the Medicalization of Architecture**. Montréal: CCA, 2012.
193. ZASK, J. **Essai sur les formes démocratiques de la participation**. Lormont: Le bord de l'eau, 2011.
194. ZUMTHOR, B.; LÉVEILLÉ, A. **Quartier des Grottes: L'îlot 5A; Analyse historique**. Genève: Ville de Genève, Département Beaux-Arts et Culture, 1984.

Obras e artigos sem assinatura

1. — Cadre de vie: deux cas exemplaires à Genève. **Werk**, n. 5, 1974.
2. — **Concours d'idées Quartier des Grottes, Genève. Aménagement des Îlots 5a et 7.** L'Habitation, 70, n. 4, p. 9-11, 1998.
3. — **Grottes 8-10. Construction d'un immeuble de logements et rénovation d'un bâtiment adjacent.** Genève: Ville de Genève, Département des constructions et de l'aménagement, 2011.
4. — La nouvelle capitale du monde. **Tribune de Genève**, 30 avril 1919.
5. — **Maocosmique.** Lausanne: L'Âge d'Homme, 1975a.
6. — Pour la cité moderne. **La Suisse**, 17 août 1929.
7. — **Pour la qualité de vie dans les quartiers.** Ville de Genève, Service social. 2005b.
8. — Prix Interassar 96. Immeuble de logements à Genève. IAS, 19, p. 348-352, 1996.
9. — Projet d'aménagement routier de la ville et du canton de Genève: 1955, Georges Bréra, architecte FAS; Pierre Nierlé, architecte FAS; Paul Waltenspuhl, architecte-ingénieur FAS/SIA. **Werk**, n. 47, p. 37-39, 1960.
10. — **Tout va bien.** Genève: Juillet. 1975b.
11. — **Tout va bien.** Genève, 1975c.
12. — Ville de Genève 18-10-22 Rue des Grottes 1 Rue de la Faucille, Genève. 2005a.

Marc Breviglieri

Professor da Haute École Spécialisée de Suisse Occidentale (Haute École de Travail Social) e pesquisador do Centre de Recherche sur L'Espace Sonore et l'environnement urbain, École Nationale Supérieure D'Architecture de Grenoble. Doutor em Sociologia pela École des hautes études en sciences sociales. E-mail: marc.breviglieri@hesge.ch.

Yolanda Gaffrée Ribeiro

Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, com período de estágio doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Pós-Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7205-8410>. E-mail: gr.yolanda@gmail.com.